

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Via Varejo S.A.

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Via Varejo S.A., diretamente ou por meio de suas controladas ("Companhia" ou "Via Varejo"), atua no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia e móveis através das bandeiras "Casas Bahia" e "Ponto Frio", além das plataformas de *e-commerce* "pontofrio.com", "casasbahia.com" e "extra.com.br". Sua sede está localizada em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo - Brasil. A Companhia está listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), com o mais elevado padrão de governança corporativa, sob o código "VVAR3".

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 16 Centros de Distribuição e Entrepósitos e realizava suas vendas por meio de 1.070 Filiais ativas (854 com a bandeira Casas Bahia e 216 com a bandeira Ponto Frio). Do total de lojas, 290 eram localizadas em *shopping centers* e 780 eram lojas de rua, lojas essas localizadas em todas as regiões do país.

Cisão parcial e incorporação da Cnova Brasil

Em 1º de julho de 2019, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova Brasil com incorporação da parcela cindida pela Via Varejo. Vide no quadro a seguir, a composição do acervo líquido incorporado.

Ativos	01.07.2019	Passivos	01.07.2019
Circulantes		Circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	18	Fornecedores	492
Contas a receber	467	Empréstimos e financiamentos	1
Estoques	405	Receitas diferidas	24
Tributos a recuperar	435	Partes relacionadas	1.604
Partes relacionadas	400	Passivo de arrendamento	27
Outros ativos	10	Outros passivos	197
Total dos ativos circulantes	1.735	Total dos passivos circulantes	2.345
Não circulantes		Não circulantes	
Contas a receber	7	Empréstimos e financiamentos	2
Tributos a recuperar	412	Receitas diferidas	89
Tributos diferidos	87	Provisão para demandas judiciais	31
Depósitos judiciais	11	Passivo de arrendamento	91
Imobilizado	29	Total dos passivos não circulantes	213
Ativo de direito de uso	35	Total dos passivos	2.558
Intangível	32		
Total dos ativos não circulantes	613		
Total dos ativos	2.348	Acervo líquido incorporado	(210)

Venda de participação societária relevante na Companhia

Em 14 de junho de 2019, a Companhia divulgou um Fato Relevante aos seus acionistas e ao mercado em geral comunicando que, em decorrência do leilão realizado na B3, a Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") (até então sua controladora) alienou a totalidade da sua participação no capital social da Companhia, pelo montante total de R\$2.301.

Como consequência, a partir da referida data, os acionistas com participação relevante (5% ou mais) no capital social da Companhia passaram a ser: Michael Klein, Twinsf Fundo de Investimento Multimercado (fundo vinculado ao Michael Klein); Goldentree Fundo de Investimento em Ações; EK-VV Limited e fundos de investimentos geridos pela XP Gestão de Recursos Ltda. Com relação ao restante do capital da Companhia, aproximadamente 67% pertence a acionistas que, individualmente, detêm menos do que 5% de participação e 0,02% corresponde a ações em tesouraria. Como consequência da alienação da totalidade da participação societária detida pela CBD no capital social da Companhia, houve a dispersão do controle acionário da Via Varejo.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Investigação Independente

Conforme noticiado nos Fatos Relevantes publicados em 13 de novembro e 12 de dezembro de 2019, ao final de setembro e no início de outubro de 2019 a Companhia recebeu denúncias anônimas relativas a supostas irregularidades contábeis. Tendo tomado conhecimento das alegações, a Companhia prontamente constituiu um Comitê de Investigação, que então contratou assessores externos especializados para conduzir uma investigação independente acerca do assunto. A investigação foi inicialmente dividida em duas fases, em função dos períodos investigados, sendo posteriormente acrescida de uma terceira fase com o intuito de aprofundar a análise relativa a determinados achados da segunda fase.

Em 18 de março de 2020, a investigação independente foi concluída, tendo o Comitê de Investigação comunicado tal fato à Diretoria da Companhia. Em 25 de março de 2020, o relatório final preparado pelos assessores independentes foi apresentado ao Conselho de Administração. A Companhia publicou Fato Relevante no dia 25 de março de 2020 noticiando ao mercado a conclusão e os principais achados da investigação.

Como resultado da Investigação Independente, a Administração da Companhia identificou e quantificou determinados ajustes às suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, decorrentes de fraude, erros e mudança de estimativa. Os ajustes decorrentes de fraude estão detalhados abaixo, sendo que os ajustes decorrentes de erro e de mudança de estimativa encontram-se refletidos nestas demonstrações financeiras e detalhados em suas diversas notas explicativas.

Provisões trabalhistas: A provisão trabalhista é calculada considerando, dentre outros fatores, o valor médio de pagamento por cargo nos últimos 24 meses. Durante o processo de investigação independente constatou-se que em determinados casos foram realizados ajustes manuais em cargos de reclamantes de forma a reduzir artificialmente a provisão trabalhista, caracterizando fraude contábil. Em função de tais achados, a Companhia contratou uma assessoria especializada para analisar 100% da base de cargos que vinha sendo utilizada para cálculo de suas provisões trabalhistas, o que resultou em um ajuste, em virtude da correção dos cargos, em 31 de dezembro de 2019 no valor total de R\$15.

Diferimentos: Durante a investigação independente foi identificada uma prática de diferimento de determinados lançamentos contábeis pela Companhia, incluindo a baixa de ativos e a contabilização de passivos, fazendo com que estes não fossem registrados integralmente de acordo com a competência dos lançamentos originais. Em diversos casos os diferimentos ocorriam dentro de um mesmo exercício social (apesar de em trimestres distintos), não gerando, portanto, ajustes às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019. Dentre todos os casos identificados, apenas dois demandaram ajustes às demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$8. A Companhia já tomou as providências necessárias para evitar que esta prática ocorra novamente.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração, apresentação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB") e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração e moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotam o Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$. Essas informações foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e remuneração baseada em ações.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3. Declaração de conformidade

Em atendimento à Deliberação CVM nº 505/2006, a autorização para emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi concedida pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2020.

2.4. Declaração de relevância

A Administração da Companhia afirma que aplicou a orientação técnica OCPC 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs e as IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem: perdas para redução do valor recuperável de contas a receber, estoques e intangíveis com vida útil indefinida, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para litígios e demandas judiciais, valor justo de ativos e passivos e mensuração de instrumentos financeiros.

3. Novos procedimentos contábeis, alterações e interpretações de normas

a) CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

O IASB emitiu, em janeiro de 2016, a IFRS 16 - Leases e, em dezembro de 2017, foi emitido o CPC 06 – “Operações de Arrendamento” que entrou em vigor para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2019 em substituição a IAS 17 / CPC 06 - "Operações de Arrendamento" e correspondentes interpretações.

Esta norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece o direito de uso de um ativo, que representa o período em que a Companhia possui controle sobre o uso do ativo arrendado, e o correspondente passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento associado ao ativo arrendado. Isenções estão disponíveis para arrendamentos com prazo de vigência inferior a um ano e itens de pequeno montante.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia adotou o IFRS 16 e optou pela aplicação da abordagem retrospectiva completa como método de transição em 1º de janeiro de 2019, com efeitos desde o início do primeiro período praticável e, conseqüentemente, os períodos comparativos estão sendo reapresentados. A utilização desta abordagem impactou substancialmente os contratos de aluguéis de lojas, atualmente 1.362 contratos, estando eles subdivididos entre: centros de distribuição, entrepostos comerciais e imóveis administrativos mantidos, até a adoção da norma, como arrendamento mercantil operacional.

As alterações significativas decorrentes da adoção inicial do CPC 06(R2) (IFRS 16) foram:

- **Começo do prazo de arrendamento** – a Companhia definiu como início do prazo de arrendamento a data de assinatura dos contratos, que é a data quando ela detém o controle operacional do imóvel, e quando o locador permite, por exemplo, executar as reformas necessárias na loja;

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Prazo de arrendamento** – período pelo qual a Companhia contratou o arrendamento do imóvel. A Companhia adotou o prazo contratual adicionado do tempo de extensão garantido pelo exercício da Lei nº 8.245/91 (“Lei do Inquilinato”), que concede ao arrendatário (Companhia) o direito à renovações contratuais (enforceable right), quando determinadas condições forem atendidas. A Companhia tem obtido sucesso nas renovações contratuais dos arrendamentos, quando necessário invocar a referida lei;
- **Contratos com prazo indeterminado** – a Companhia é arrendatária em alguns contratos com prazo indeterminado. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento sem multa significativa, o entendimento da Companhia é que esses contratos não se enquadram como arrendamento e, por isso, devem ter suas respectivas despesas reconhecidas no resultado ao longo do prazo de acordo com o prazo do arrendamento;
- **Pagamentos fixos em essência** - são os pagamentos ao arrendador os quais a Companhia deverá cumprir durante o prazo do arrendamento. A Companhia determinou como pagamentos fixos em essência, os valores determinados como fixos pelo arrendador (aluguéis mínimos contratuais bruto dos efeitos de PIS e COFINS pagos pelo arrendador, quando aplicável). A Companhia não considerou, para fins de mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, os pagamentos de aluguéis variáveis decorrentes do faturamento, serviços e impostos, sendo esses registrados como despesa no resultado do exercício ao longo do prazo do arrendamento;
- **Taxa de juros incremental de financiamento do arrendatário** – a Companhia considerou para todos os contratos com partes relacionadas e terceiros, as taxas de juros necessárias para adquirir ativos (principalmente lojas e centros de distribuição) em condições similares àqueles aluguéis contratados na data de assinatura (os quais incluem algumas premissas como prazo do arrendamento, valor negociado, e condição física do ativo). As taxas adotadas consideram o custo de captação da Companhia, baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) adicionado a um spread de risco, excluindo-se as garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram calculadas pelo período do arrendamento, que considera a intenção de renovação;
- **Depreciação dos ativos de direito de uso** – os contratos de arrendamento da Companhia não possuem cláusulas que permitam à Companhia exercer a aquisição da propriedade do ativo (loja ou centro de distribuição) ao final do prazo de arrendamento mercantil. Dessa forma, a vida útil desses ativos, na ausência de perda ao valor recuperável, será seu respectivo prazo contratual. A Companhia adota a alocação da depreciação do ativo de direito de uso de forma sistemática e linear. Ressalta-se que a Companhia reavaliará periodicamente a vida útil dos direitos de uso sempre que houver alterações nos planos comerciais e estratégicos, além da intenção dos locadores na continuidade dos contratos;
- **Encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento** – o encargo financeiro é reconhecido como despesa financeira e apropriado a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil. Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do exercício à medida que são incorridos;
- **Valor recuperável dos ativos de direito de uso** – a Companhia aplicará o Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuando periodicamente as estimativas do valor recuperável, com base em parâmetros gerenciais de rentabilidade das lojas e dos centros de distribuição.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os quadros a seguir demonstram os ajustes de períodos anteriores, sendo eles tão somente em virtude da aplicação da IFRS 16 sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

Balanco patrimonial – débito (crédito)	Controladora		Consolidado	
	01.01.2018	31.12.2018	01.01.2018	31.12.2018
Ativo circulante				
Estoque	8	8	8	8
Ativo não circulante				
Tributos diferidos	224	237	258	270
Ativo de direito de uso	3.290	3.334	3.363	3.401
Investimentos	(6)	(7)	-	-
Imobilizado (*)	(9)	(5)	(9)	(5)
Intangível (*)	(69)	(54)	(71)	(54)
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos (*)	19	21	23	21
Partes relacionadas (**)	26	28	26	28
Passivo de arrendamento	(474)	(520)	(505)	(548)
Outros passivos (**)	54	53	54	54
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos (*)	72	53	72	53
Passivo de arrendamento	(3.576)	(3.617)	(3.719)	(3.752)
Provisão para perda de investimentos	(59)	(55)	-	-
Patrimônio líquido	500	524	500	524

(*) Referem-se aos saldos que anteriormente eram classificados como arrendamento mercantil financeiro e, consequentemente, estavam registrados nas rubricas de Imobilizado, Intangível e Empréstimos e financiamentos, que devido à aplicação inicial do CPC 06(R2) foram reclassificados para as rubricas de Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamento.

(**) Refere-se ao saldo de aluguel a pagar com partes relacionadas e terceiros que estavam registrados nas rubricas de Partes relacionadas e Outros passivos que devido à aplicação inicial do CPC 06(R2) foram reclassificados para a rubrica de Passivo de arrendamento.

Demonstração do resultado – receita / (despesa)	Controladora	Consolidado
	31.12.2018	31.12.2018
Custo dos bens e serviços vendidos	106	130
Despesas com vendas	562	561
Despesas gerais e administrativas	15	16
Depreciação do ativo de direito de uso	(349)	(349)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	12
Resultado de equivalência patrimonial	3	-
Resultado financeiro, líquido	(391)	(406)
Imposto de renda e contribuição social	13	12

Demonstração dos fluxos de caixa – gerado / (aplicado)	Controladora	Consolidado
	31.12.2018	31.12.2018 reapresentado (*)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	779	814
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(779)	(814)

Demonstração do valor adicionado	Controladora	Consolidado
	31.12.2018	31.12.2018 reapresentado (*)
Valor adicionado total a distribuir		
Retenções	(444)	(453)
Valor adicionado recebido em transferência	3	-
Distribuição do valor adicionado		
Impostos, taxas e contribuições	(13)	(12)
Remuneração de capital de terceiros	(404)	(417)
Remuneração de capitais próprios	(24)	(24)

A divulgação da movimentação do Ativo de direito de uso e do Passivo de arrendamento estão apresentados na nota explicativa nº 18(b).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) IFRIC 23 – Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro

A interpretação esclarece como os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 são aplicados quando há incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL). A Administração não identificou impactos decorrentes da adoção dessa interpretação.

Não existem outras normas IFRS ou interpretações IFRIC emitidas que ainda não entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia em exercícios subsequentes a 31 de dezembro de 2019.

4. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras, são descritas a seguir.

a) Consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram utilizadas informações financeiras das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Participação societária nas controladas

Investimentos	31.12.2019		31.12.2018	
	Participação direta	Participação indireta	Participação direta	Participação indireta
Controladas				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("LAKE")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
VVLog Logística Ltda. ("VVLog")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração de Consórcio Ltda. ("GAC")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil")	100,00%	-	100,00%	-

Descrição das principais controladas

Indústria de Móveis Bartira Ltda.

A Indústria de Móveis Bartira Ltda ("Bartira") é uma sociedade limitada, e foi fundada em 11 de maio de 1962. Tem por objetivo a fabricação e comercialização de móveis em geral, com predominância em madeira. O controlador final é a Via Varejo S.A. ("Via Varejo").

Globex Administração e Serviços Ltda.

A Globex Administração e Serviços Ltda é uma sociedade limitada, que tem por objetivo prestar serviços de administração, locação, arrendamento e intermediação de bens imóveis.

Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda.

A Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda é uma holding (Sociedade limitada) e tem por objetivo concentrar as participações da Companhia nas empresas financeiras: Financeira Itaú CBD S.A. Créditos, Financiamento e Investimento ("FIC"), Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV") e FIC Promotora de Vendas Ltda.

VVlog Logística Ltda.

A VVLog Logística Ltda. ("Vvlog") é uma sociedade limitada, e foi fundada em 29 de agosto de 2000. Seu objetivo principal é otimizar as operações logísticas de sua controladora, Via Varejo S.A., tendo como foco principal a administração logística entre as lojas e centros de distribuição da Companhia.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Globex Administração de Consórcio Ltda.

A Globex Administração de Consórcios Ltda ("Consórcio" ou "Administradora") opera, conforme Certificação de Autorização nº 03/00/164/90 do Ministério da Fazenda, administrando grupos de consórcio, formados para aquisição de bens duráveis a serem entregues pela sua controladora Via Varejo S.A. ("Via Varejo"), mediante cobrança de taxa de administração. Atualmente, a Administradora não possui grupos de consórcio ativos.

Cnova Comércio Eletrônico S.A.

A Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil") foi criada em 2014 a partir da contribuição de determinados ativos e passivos da Nova Pontocom, que pertencia ao Grupo Pão de Açúcar ("CBD") e à Via Varejo S.A. ("Via Varejo"), visando à criação da Cnova N.V., com sede na Holanda. Com a reorganização societária ocorrida em 2016, a Cnova Brasil passou a ser controlada diretamente pela Via Varejo. Cabe ainda mencionar que em 1º de julho de 2019 conforme divulgado na nota explicativa 1, ocorreu a cisão parcial da controlada Cnova Brasil com incorporação da respectiva parcela cindida pela Via Varejo.

Antes da cisão parcial, a Cnova Brasil tinha como objeto social a comercialização varejista e atacadista de bens e produtos em geral pela internet por meio dos sites www.pontofrio.com.br, www.extra.com.br e www.casasbahia.com.br e pelo canal de televendas; importação de produtos para revenda; prestação de serviços de promoção, desenvolvimento e diversos outros produtos e serviços dedicados ao consumidor em geral. A Cnova Brasil está sediada em São Caetano do Sul, São Paulo.

b) Redução ao valor recuperável

i. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber (exceto Administradoras de cartões de crédito), Partes relacionadas, Fornecedores, Fornecedores convênio, Empréstimos e financiamentos (exceto moeda nacional e estrangeira) e Repasse a terceiros;

iii. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreendem saldos de Administradoras de cartões de crédito

iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Essa categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: (a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; (b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e (c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

v. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos de dívida da Companhia ao valor justo por meio de outros resultados compreendem Empréstimos e financiamentos em moeda nacional e estrangeira e Instrumentos financeiros – hedge de valor justo;

vi. Ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os testes de *impairment* do ágio e das marcas são realizados, no mínimo, anualmente, ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

A Administração revisa a cada data de balanço o valor contábil líquido dos ativos e demais ativos não financeiros, sujeitos à depreciação e amortização, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída perda por desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

c) Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes, na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento e na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

d) Contabilização de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos tais como *swaps* para proteção de contratos em moeda estrangeira e quando houver contratos com taxas pré-fixadas. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com o mesmo conglomerado financeiro do objeto de *hedge*.

Estes instrumentos são classificados como *hedges* de valor justo, e registrados como *hedge accounting*, quando protegem de forma eficaz as variações do ativo ou passivo objeto de *hedge*.

O objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo são registrados adotando os seguintes procedimentos:

- O item designado como objeto de *hedge* é classificado como “mensurado ao valor justo”, e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro;
- As alterações do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo são reconhecidas como resultado financeiro a cada data de balanço.

Valor justo de empréstimos e instrumento financeiro derivativo

O valor justo dos instrumentos financeiros designados como objeto de *hedge* foram mensurados com base nas taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do vencimento dos instrumentos financeiros, sendo a taxa de desconto utilizada para o cálculo desenvolvida através das curvas DI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela B3. Para os empréstimos em moeda nacional é utilizada a curva DI, índice divulgado pela B3 e calculado pelo método da interpolação exponencial.

e) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é considerado praticamente certo.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

f) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de sua demonstração financeira individual e consolidada, pois não é uma demonstração prevista, nem obrigatória conforme as IFRS.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

As demais políticas contábeis significativas estão divulgadas nas respectivas notas explicativas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

a) Política contábil

Compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo com o próprio emissor.

b) Composição dos saldos

	Taxa média ponderada	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e contas bancárias		132	112	136	120
Aplicações financeiras compromissadas	82,53% do CDI a.a.	1.152	2.854	1.191	3.562
Aplicações financeiras automáticas (i)	5,89% do CDI a.a. (i)	36	23	37	29
		<u>1.320</u>	<u>2.989</u>	<u>1.364</u>	<u>3.711</u>

(i) Referem-se a aplicação dos recursos disponíveis em conta corrente com rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, resgatados automaticamente no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

6. Contas a receber

a) Política contábil

Os saldos registrados no Contas a receber referem-se às atividades operacionais da Companhia decorrentes da venda de bens de consumo e serviços correlatos. Os demais contas a receber não relacionados às atividades operacionais são reconhecidos na rubrica "Outros ativos".

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor da transação, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso de Administradoras de cartões de crédito e (ii) custo amortizado, para todas as demais carteiras.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A mensuração de Administradoras de cartões de crédito utiliza-se de operações comparáveis realizadas regularmente pela Companhia, enquanto que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado seguem o método da taxa efetiva de juros de cada operação. Para todas as carteiras há a consideração da perda estimada, reconhecida no resultado, conforme métodos explicados a seguir.

- A Companhia utiliza formas distintas para a avaliação de perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa para cada uma das carteiras. As carteiras são divididas entre: Financiamento ao consumidor CDCI, Administradoras de cartões de crédito, B2B e demais carteiras;
- Para calcular a perda estimada da carteira de Financiamento ao consumidor CDCI, utiliza-se a análise de crédito realizada no momento da venda, bem como as movimentações de vencimento subsequentes da carteira. A variação da taxa de desemprego e outros índices financeiros também são observadas nesta estimativa;
- Para as carteiras de Administradoras de cartões de crédito, B2B e demais carteiras, a Companhia utiliza-se do histórico por meio de matriz de perdas para aplicar perdas estimadas.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Administradoras de cartões de crédito	3.004	1.114	3.004	1.656
Financiamento ao consumidor - CDCI (i)	2.529	2.297	2.529	2.297
Contas a receber - B2B (ii)	206	-	206	223
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa	(489)	(427)	(489)	(498)
Outras contas a receber	227	245	228	307
	5.477	3.229	5.478	3.985
Circulante	5.111	3.019	5.112	3.768
Não circulante	366	210	366	217

- Correspondem aos recebíveis das vendas a prazo financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("CDCI"), conforme nota explicativa nº13(a)(i), que podem ser parceladas em até 24 meses, cujo prazo médio de recebimento é de 12 meses.
- Referem-se a vendas realizadas a outras pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

c) Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Saldo no início do exercício	(427)	(510)	(498)	(637)
Perda estimada registrada no exercício	(541)	(517)	(585)	(630)
Incorporação Cnova	(72)	-	-	-
Baixas de contas a receber	551	600	594	769
Saldo no fim do exercício	(489)	(427)	(489)	(498)
Circulante	(440)	(391)	(440)	(462)
Não circulante	(49)	(36)	(49)	(36)

d) Composição por período de vencimento do Contas a receber, antes da redução da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
A vencer	5.753	3.439	5.753	4.183
Vencido até 30 dias	99	98	99	125
Vencido entre 30-60 dias	41	43	41	52
Vencido entre 61-90 dias	29	32	29	36
Vencido acima de 90 dias	44	44	45	87
	5.966	3.656	5.967	4.483

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Estoques

a) Política contábil

O custo dos estoques baseia-se no custo médio ponderado, e os estoques incluem todos os gastos relativos a transporte, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos no seu traslado até as suas localizações e para que estejam em condições de venda.

Os estoques estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável através de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.

As bonificações recebidas de fornecedores compreendem acordos por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para recomposição de margem ou acordos de marketing, entre outros. As bonificações são registradas no resultado à medida que os correspondentes estoques são vendidos. Quando aplicável, o valor das bonificações a receber é registrado como redutor do saldo de fornecedores, desde que os acordos com os fornecedores permitam a liquidação do saldo ao fornecedor pelo montante líquido.

b) Estimativas e premissas contábeis

O valor recuperável líquido representa o preço estimado de venda menos os custos estimados e despesas diretamente atribuíveis para trazer a mercadoria em condições de venda, incluindo os ajustes para giro lento de mercadorias, margem negativa e quebras de estoque por roubo, furto e sucateamento, obtidos por meio de análise da perda histórica.

O valor líquido de realização é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de:

- (i) tributos incidentes sobre a venda;
- (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente a venda; e
- (iii) custo do estoque.

c) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado
Lojas	2.184	2.133	2.184	2.133
Centros de distribuição	2.431	1.812	2.445	2.728
Almoxarifado	14	14	15	14
Perda estimativa ao valor realizável líquido	(79)	(42)	(79)	(94)
	<u>4.550</u>	<u>3.917</u>	<u>4.565</u>	<u>4.781</u>

d) Movimentação da perda estimada para redução do custo ao valor realizável líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado
Saldo no início do exercício	(42)	(51)	(94)	(92)
Adições	(41)	(42)	(48)	(78)
Perdas realizadas	44	51	63	76
Incorporação Cnova	(40)	-	-	-
Saldo no fim do exercício	<u>(79)</u>	<u>(42)</u>	<u>(79)</u>	<u>(94)</u>

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos das operações de entrada bem como das operações de saída de mercadoria interestaduais.

A Companhia registra créditos tributários, todas as vezes em que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo o ICMS reconhecido como redutor de "custo das mercadorias vendidas" e o PIS e COFINS como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A expectativa de realização do ICMS a recuperar é baseada na projeção de operações e crescimento, gestão operacional, legislação do ICMS de cada Estado e geração de débitos para consumo desses créditos por operação. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia reavaliou as expectativas de realização de créditos tendo como base as alterações de seus planos orçamentários e logísticos.

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
ICMS a recuperar (i)	2.757	2.090	2.758	2.547
PIS e COFINS a recuperar (ii)	751	360	752	745
Imposto de renda e contribuição social	208	149	225	183
INSS a recuperar	98	88	98	94
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado (i)	1	1	2	3
Outros	7	7	9	7
	3.822	2.695	3.844	3.579
Circulante	1.029	639	1.050	1.060
Não circulante	2.793	2.056	2.794	2.519

- (i) A expectativa de realização total de ICMS a recuperar é indicada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2019	Controladora	Consolidado
2020	316	318
2021	487	487
2022	496	497
2023	351	351
2024	330	330
2025 até 2029	778	777
	2.758	2.760

Esse plano de realização do crédito de ICMS é acompanhado periodicamente com intuito de garantir o cumprimento das premissas estabelecidas, bem como reavaliação das mesmas conforme os eventos de negócio, permitindo o melhor desempenho da realização do crédito.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de recuperação, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados são preparados e revisados periodicamente com base em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado na tabela acima.

A realização do crédito, se dá também através de processo de ressarcimento junto as secretarias de fazenda estaduais e requer a comprovação, através de documentos fiscais e arquivos digitais, das operações realizadas que geraram para Companhia o direito ao ressarcimento. Essa metodologia é determinada em legislação de cada UF e é seguida pela Companhia.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) A expectativa de realização do PIS e COFINS a recuperar é indicada a seguir:

<u>Em 31 de dezembro de 2019</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2020	498	499
2021	253	253
	<u>751</u>	<u>752</u>

Decisão do Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre o ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Desde a adoção da sistemática do regime de não cumulatividade do PIS e COFINS, a Companhia vem pleiteando judicialmente o direito de deduzir o ICMS e o ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS. Com o julgamento da tese pelo STF em sede de repercussão geral, ocorrido em 15 de março de 2017, bem como o Acórdão publicado em 02 de outubro de 2017, a Companhia passou a realizar o cálculo com as respectivas deduções.

A Companhia aguarda o julgamento dos embargos de declaração apresentados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, bem como sua possível modulação. No entanto, os assessores jurídicos da Companhia estimam que a decisão da aplicação dos efeitos da modulação não limitará o direito da ação judicial proposta. Na melhor estimativa da Administração, os efeitos de tais créditos, do período de 2010 a fevereiro de 2017, totalizam aproximadamente R\$484 em 31 de dezembro de 2019 (R\$656 em 31 de dezembro de 2018). Estes valores consideram a atualização monetária e estão líquidos dos honorários a serem pagos aos advogados e da parcela objeto da transação abaixo descrita. Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, considerando que a questão ainda depende de decisão final, a Companhia não registrou os créditos, se limitando exclusivamente a presente divulgação.

Em dezembro de 2018, a Companhia alienou parte do direito aos créditos dessas ações para um terceiro, pelo valor total de R\$50. Em dezembro de 2019, fez uma alienação adicional pelo valor de R\$50. Ambas as alienações foram registradas na rubrica de "Receitas de venda de mercadorias e serviços" de acordo com a política contábil da Companhia.

Em agosto de 2019, a Companhia obteve decisão favorável transitada em julgado de processo no qual discutia o direito à exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. O montante registrado desses créditos totaliza R\$263 (em valores atualizados), sendo que destes, R\$151 deverão ser transferidos ao adquirente do crédito, conforme mencionado acima.. Adicionalmente, a Companhia já habilitou esses créditos na Secretaria da Receita Federal.

Os R\$112 dos créditos restantes, que não fazem parte da Escritura Pública de Concessão de Crédito, são pertencentes a Companhia e foram registrados nas rubricas de "PIS e COFINS a recuperar", sendo o principal de R\$64 registrado em "Custo de mercadorias e serviços vendidos" e atualização monetária de R\$48 em "Resultado financeiro, líquido".

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Partes relacionadas

	Ativo (Passivo), líquido				Receita (Despesa), líquida			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado (*)	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado (*)	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado (*)	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado (*)
Controlador								
Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”) (c), (d), (e), (f) (**)	-	90	-	94	(9)	(13)	(12)	(20)
Controladas								
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (“Bartira”) (b), (d), (e)	9	(1)	-	-	(520)	(500)	-	-
Globex Administração e Serviços Ltda. (“GAS”) (d)	-	-	-	-	(2)	(2)	-	-
VVLog Logística Ltda. (“VVLog”) (b), (e)	1	4	-	-	(76)	(209)	-	-
Cnova Comércio Eletrônico S.A. (“Cnova Brasil”) (d), (e)	-	1.040	-	-	(244)	34	-	-
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. (“Lake”)	-	1	-	-	-	-	-	-
Coligadas								
Financeira Itaú CBD S.A. (“FIC”) (a)	(13)	(2)	(13)	(2)	(9)	(3)	(11)	(8)
Banco Investcred Unibanco S/A (“BINV”) (a)	5	-	5	-	5	-	5	-
Sendas Distribuidora S.A. (“Sendas”) (d) (**)	-	-	-	1	-	-	3	7
Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. (“Greenyellow”) (d) (**)	-	(6)	-	(6)	(4)	(2)	(4)	(2)
Outras								
Casa Bahia Comercial Ltda. (“CB”) (d), (f)	(312)	(322)	(250)	(300)	(327)	(595)	(331)	(610)
	(310)	804	(258)	(213)	(1.186)	(1.290)	(350)	(633)
Arrendamento mercantil								
Ativo de direito de uso	1.123	1.165	1.151	1.194	(113)	(186)	(117)	(111)
Passivo de arrendamento	(1.550)	(1.530)	(1.552)	(1.570)	(183)	(105)	(188)	(190)
	(426)	(365)	(401)	(376)	(296)	(291)	(305)	(301)
Ativo – partes relacionadas								
Circulante	151	1.333	139	132				
Não circulante	86	156	123	190				
Passivo - partes relacionadas								
Circulante	(121)	(315)	(119)	(154)				
Não circulante	-	(5)	-	(5)				

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06(R2) (IFRS 16) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na nota explicativa nº3(a)(i).

(**) Em 14 de junho de 2019, a CBD realizou a venda integral da sua participação acionária da Companhia. Dessa forma, as empresas Sendas e Greenyellow também deixaram de ser partes relacionadas da Companhia, visto que pertencem ao grupo CBD. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 1.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações com partes relacionadas apresentadas no quadro anterior são oriundas de transações que a Companhia mantém com seus principais acionistas, suas controladas e com outras entidades relacionadas. Essas transações foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições acordadas entre as partes, sendo as principais:

a) Operações de crédito e financiamento com a FIC e BINV

A Companhia atua como correspondente bancário para serviços operados pela FIC e BINV, as quais realizam operações de compra de recebíveis de cartão de crédito da Companhia. Esta operação gera valores a repassar, indicados como contas a pagar com partes relacionadas e valores a receber pelos serviços prestados, indicados como contas a receber com partes relacionadas. O resultado destas operações está representado na coluna de "Receita (despesa), líquida" no quadro anteriormente apresentado e classificado na rubrica de "Receita de venda de mercadorias e serviços", na Demonstração do resultado da Companhia.

A FIC e BINV atuam como operadoras de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de clientes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC e BINV era de R\$202 (R\$132 em 31 de dezembro de 2018). Esses saldos estão registrados na rubrica "Contas a receber" em "Administradoras de cartões de crédito", demonstrado na nota explicativa nº 6(b).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$15 (R\$24 em 31 de dezembro de 2018) de despesas financeiras provenientes da venda de recebíveis de cartão de crédito.

b) Contratos de mútuos com controladas

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia manteve contratos de mútuos com as controladas VVLog e Bartira atualizados monetariamente pelas taxas médias a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	110,0%	105,0%
VVLog Logística Ltda. ("VVLog")	105,0%	105,0%

c) Operações com a CBD

A CBD, a despeito da transação descrita na nota explicativa nº 1, é ainda avalista da Companhia em um contrato de prestação de serviços, além de fiadora em determinados contratos de financiamento e aluguel. Adicionalmente, há também o reembolso de despesas com pessoal e aluguel entre as partes.

A Companhia também adquire cartões de alimentação e benefícios para seus funcionários junto à CBD, em preços semelhantes à concorrência. Esta aquisição representou uma despesa de R\$26 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$49 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

d) Operações de aluguéis e prestação de serviços

A Via Varejo realizou operações de aluguel, compartilhamento de seus centros de distribuição e prestação de serviços com CBD, GAS e Cnova Brasil. A controlada Cnova Brasil realizou operações de aluguéis com Sendas.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 301 imóveis entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos, estabelecidos em condições específicas com os administradores da Casa Bahia Comercial ("CB"), conforme Acordo de Associação entre Via Varejo, CBD e CB.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir, a composição dos valores decorrentes dos contratos de arrendamento:

	Consolidado			
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Balanco patrimonial	Direito de uso	Direito de uso	Passivo de arrendamento	Passivo de arrendamento
Companhia Brasileira de Distribuição	-	10	-	(12)
Casa Bahia Comercial Ltda.	1.151	1.184	(1.552)	(1.558)

	Consolidado			
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Demonstração do resultado	Depreciação	Depreciação	Juros de arrendamento	Juros de arrendamento
Companhia Brasileira de Distribuição	(1)	(2)	-	(1)
Casa Bahia Comercial Ltda.	(116)	(109)	(188)	(190)

A Via Varejo ofertava seus produtos no endereço eletrônico da sua controlada Cnova Brasil, pagando uma comissão pela utilização desse espaço de venda da controlada. A Companhia reconheceu, até a data da cisão parcial da Cnova Brasil, uma despesa de R\$35 (R\$100 em 31 de dezembro de 2018).

Em 2018, a Companhia firmou um contrato de prestação de serviços com a Greenyellow para implementar soluções de eficiência energética em algumas filiais, com o objetivo de monitorar e garantir a redução do consumo de energia elétrica. A Greenyellow é remunerada por um percentual da redução dos custos de energia. Adicionalmente, a Greenyellow atua como fornecedora de determinados ativos classificados na rubrica de "Instalações", do ativo imobilizado da Companhia.

e) Compra e venda de mercadorias e serviços

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou as seguintes operações com partes relacionadas:

Contraparte	Operação	Receita (despesa), líquida	
		31.12.2019	31.12.2018
Cnova	Venda de mercadorias	13	138
CBD	Comissão por intermediação de compra	20	48
Bartira	Compra de mercadorias	(520)	(502)
VVLog	Contratação de serviços de frete	(77)	(212)
Cnova	Compra de mercadorias	(225)	(9)

f) Acordo de associação Via Varejo, CBD e CB e instrumentos correlatos

Em 2010, foi celebrado o Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação ("Acordo de Associação") entre Via Varejo, CBD e CB que, dentre outros direitos, garantiu à Via Varejo o direito de ser indenizada, a título de perdas e danos, por CBD e CB, acerca de certas demandas judiciais e reembolso de despesas ocorridas a partir de 30 de junho de 2010, mas que eram relativas a fatos ou atos sob responsabilidade dos antigos controladores das empresas constantes do referido Acordo de Associação.

Conforme disposto no Acordo de Associação, findo o prazo de seis anos da data do fechamento da transação, o que ocorreu em 8 de novembro de 2016, foram encerrados os procedimentos relativos à constituição de indenização relacionada às novas demandas judiciais e iniciaram-se as negociações entre as partes para cobrança e liquidação dos saldos existentes relativos a tais perdas e danos.

Em 4 de julho de 2017, a Companhia celebrou um "Termo de Acordo" com CB, em conjunto com CBD, para (i) liquidação das perdas e danos já incorridas até 8 de novembro de 2016; (ii) definição de novos critérios para apuração de responsabilidades pelas perdas e danos relativas às contingências; (iii) realização de reuniões periódicas nas quais cada uma das partes deve apresentar as perdas e danos incorridas a partir de 09 de novembro de 2016, a serem indenizados pela outra parte; e (iv) constituição de garantias para fazer frente à obrigação de indenização de CB relativas às contingências. O Termo de Acordo foi aprovado pelos Conselhos de Administração da Companhia e CBD em 24 de julho de 2017. A garantia constituída pela CB para cumprimento do referido Termo de Acordo foi uma fiança pessoal dos sócios de CB, bem como hipotecas sobre imóveis de propriedade deles, em valor suficiente para suportar o total das contingências potenciais identificadas em 8 de novembro de 2016.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 24 de outubro de 2018, a Companhia celebrou com CB, em conjunto com CBD, o Termo Aditivo ao Termo de Acordo, visando aprimorar os critérios do Termo de Acordo e esclarecer determinadas cláusulas e condições, de forma a possibilitar a devida liquidação dos saldos em aberto apresentados de parte a parte nas reuniões periódicas.

A Companhia tem mantido os termos contratuais do Acordo de Associação e seus referidos aditivos posteriores até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras.

g) Remuneração da Administração

As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta administração (Diretores estatutários e membros do Conselho de Administração), registradas na Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram:

31.12.2019			
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria	13	14	27
Conselho de Administração	8	-	8
	21	14	35
31.12.2018			
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria	24	11	35
Conselho de Administração	3	-	3
	27	11	38

A variação apresentada acima se refere principalmente por: (i) Diretoria – Durante o ano de 2019 não houve pagamento de participação nos lucros e resultados; (ii) Conselho de Administração – O Conselho da Companhia era formado por apenas 2 membros remunerados no período de janeiro a abril de 2018. A partir de maio de 2018, o Conselho passou a contar com 9 membros remunerados, sendo esta a quantidade de membros remunerados durante todo o exercício de 2019.

10. Investimentos e provisão para perda com investimentos em controladas

a) Política Contábil

Controladas são todas as entidades que a Via Varejo detém, direta ou indiretamente, controle sobre suas operações. O controle é definido:

- (i) pelo poder decisório que a Companhia detém sobre as atividades operacionais e financeiras significativas em suas investidas;
- (ii) por sua habilidade de utilizar esse poder; e
- (iii) pela sua exposição aos retornos dessas entidades.

As demonstrações financeiras das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data que o controle foi adquirido.

No momento em que ocorre a perda de controle de alguma controlada, a consolidação das demonstrações financeiras da até então controlada é interrompida. Ganhos ou perdas resultantes, inclusive qualquer montante recebido pela alienação de investimento, são reconhecidos no resultado do exercício no momento em que há a perda de controle.

Empresas coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Os investimentos em empresas coligadas nas demonstrações financeiras consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos nas empresas controladas e coligadas, nas demonstrações financeiras individuais da controladora, encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no balanço patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes, em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

b) Saldos e movimentação

	Controladora				
	Lake	Bartira	Cnova Brasil (ii)	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017 – reapresentado (*)	81	770	(484)	86	453
Aumento de capital	-	-	615	-	615
Equivalência patrimonial por resultado	39	(12)	(189)	1	(161)
Distribuição de dividendos	(12)	-	-	(15)	(27)
Mutação de patrimônio líquido de coligada	(1)	-	-	-	(1)
Equivalência patrimonial por outros resultados abrangentes	-	-	1	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2018 – reapresentado (*)	107	758	(57)	72	880
Aumento de capital (i)	-	-	96	-	96
Equivalência patrimonial	47	(12)	(240)	5	(200)
Lucro não realizado nos estoques (ii)	-	(11)	-	-	(11)
Incorporação Cnova	-	-	210	-	210
Distribuição de dividendos	(4)	-	-	(5)	(9)
Equivalência patrimonial por outros resultados abrangentes	-	-	7	-	7
Saldo em 31 de dezembro de 2019	150	735	16	72	973

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06(R2) (IFRS 16) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na nota explicativa nº3(a)(i).

(i) Em 2019, a Companhia aumentou o capital social da controlada Cnova Brasil no montante de R\$96, mediante conversão de dívidas contraídas junto a Via Varejo.

(ii) Refere-se ao efeito do lucro nos estoques decorrentes das transações de venda de mercadorias da controlada Bartira para a Via Varejo até 31 de dezembro de 2019, que fazem parte do estoque da Via Varejo e que ainda não foram revendidas a terceiros (fora do Grupo Econômico).

(i) FIC e BINV

São instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e da Via Varejo. Elas são resultado da associação de CBD e da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A. A Companhia exerce influência significativa nos investimentos, mas não o controle, por meio de participação no Conselho de Administração das coligadas. A participação no capital votante total da FIC e BINV corresponde a 14,24% e 50,00%, respectivamente, oriundos dos investimentos da controlada Lake.

	Consolidado		
	FIC (i)	BINV (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017 – reapresentado (*)	60	21	81
Equivalência patrimonial	32	8	40
Distribuição de dividendos e JCP	(12)	-	(12)
Mutação de patrimônio líquido de coligada	(1)	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	79	29	108
Equivalência patrimonial por resultado	37	10	47
Distribuição de dividendos	(8)	(2)	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	108	37	145

(i) O cálculo do investimento considera o patrimônio líquido da investida, deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco S.A.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Informações financeiras resumidas das coligadas

A seguir, informações das coligadas que a Companhia julga como relevante para o cálculo da equivalência patrimonial:

<u>Balanco patrimonial</u>	FIC		BINV	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Ativo circulante	7.086	5.691	640	474
Ativo não circulante	51	59	-	-
Ativo total	7.137	5.750	640	474
Passivo circulante	6.185	5.031	563	416
Passivo não circulante	21	10	3	3
Patrimônio líquido (i)	931	709	74	55
Total passivo e patrimônio líquido	7.137	5.750	640	474
<u>Demonstração do resultado</u>				
Receitas	1.207	881	81	18
Resultados operacionais	441	321	26	27
Lucro líquido	263	186	19	17

(i) O cálculo do investimento considera o patrimônio líquido da investida, deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco S.A.

Não há restrições significativas relacionadas aos investimentos mantidos pela Companhia.

11. Imobilizado

a) Política contábil

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no final de cada período e ajustados de forma prospectiva. As taxas de depreciação e amortização ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e do direito de uso, respectivamente, estão assim distribuídas:

Categoria de ativos	Vida útil média ponderada estimada em anos 31.12.2019
Edifícios	40
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	5
Instalações	13
Móveis e utensílios	13
Veículos	4

Não houve mudança significativa no cálculo da vida útil média ponderada comparada com o ano anterior.

Quando estão diretamente relacionadas à logística e distribuição, as despesas com depreciação são alocadas ao custo dos produtos e posteriormente registradas no "Custo das mercadorias e serviços vendidos" de acordo com a venda dos estoques.

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

O ativo imobilizado deve ser reconhecido pelo menor valor entre o valor contábil e o seu valor recuperável, sendo que o valor contábil representa a soma do custo histórico e a depreciação acumulada do ativo. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”.

Anualmente a Companhia realiza o teste de *impairment* de seus ativos imobilizados, avaliando a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras.

b) Estimativas e premissas contábeis

A Companhia entende que suas Unidades Geradoras de Caixa (“UGC”) são suas lojas, e testa a recuperabilidade de seu ativo imobilizado neste nível. O teste é realizado considerando as seguintes etapas:

- i) As UGC’s que apresentarem margem bruta negativa, nos últimos 12 meses, seguem para a próxima etapa;
- ii) Elabora-se o fluxo de caixa esperado das UGC’s identificadas para os próximos 5 anos e compara-se o resultado com o valor contábil;
- iii) Em caso de lojas próprias com valor em uso abaixo do valor contábil, a Companhia solicita a avaliação de especialistas independentes para obter o valor de mercado do imóvel.

A margem EBITDA utilizada para o teste varia entre as UGC’s devido ao resultado apresentado pela UGC no último ano. A margem EBITDA, o crescimento de vendas e a taxa de desconto utilizados são objeto de aprovação do Conselho de Administração da Companhia. A taxa de desconto utilizada no teste de *impairment* reflete o custo de capital da Companhia (WACC).

O resultado do teste de *impairment*, bem como os índices utilizados, estão apresentados no item (e) desta nota explicativa

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora						Consolidado					
	Saldo em 31.12.2019			Saldo em 31.12.2018 reapresentado (*)			Saldo em 31.12.2019			Saldo em 31.12.2018 reapresentado (*)		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	12	-	12	12	-	12	15	-	15	15	-	15
Edifícios	15	(8)	7	14	(8)	6	20	(13)	7	19	(12)	7
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	1.069	(391)	678	992	(334)	658	1.072	(391)	681	995	(334)	661
Máquinas e equipamentos	225	(135)	90	161	(90)	71	416	(264)	152	403	(233)	170
Equipamentos de informática	503	(333)	170	440	(271)	169	506	(334)	172	486	(307)	179
Instalações	152	(60)	92	153	(75)	78	172	(68)	104	170	(83)	87
Móveis e utensílios	311	(163)	148	284	(117)	167	313	(165)	148	300	(126)	174
Veículos	5	(4)	1	4	(4)	-	17	(8)	9	27	(9)	18
Imobilizado em andamento	63	-	63	115	-	115	64	-	64	116	-	116
Outros	54	(38)	16	47	(30)	17	55	(38)	17	47	(30)	17
	2.409	(1.132)	1.277	2.222	(929)	1.293	2.650	(1.281)	1.369	2.578	(1.134)	1.444

	Movimentação 2018 reapresentado (*)											
	Controladora					Saldo em 31.12.2018	Consolidado					Saldo em 31.12.2018
	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	Transfe-rências		Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Depreciação	Transfe-rências	
Terrenos	12	-	-	-	-	12	16	-	(1)	-	-	15
Edifícios	9	-	(1)	-	(2)	6	10	-	(1)	(1)	(1)	7
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	646	-	(27)	(60)	99	658	647	2	(27)	(60)	99	661
Máquinas e equipamentos	70	-	-	(13)	14	71	188	2	(6)	(34)	20	170
Equipamentos de informática	109	-	(2)	(39)	101	169	127	1	(4)	(46)	101	179
Instalações	67	-	(1)	(11)	23	78	84	3	(10)	(12)	22	87
Móveis e utensílios	144	-	(2)	(20)	45	167	153	-	(2)	(21)	44	174
Veículos	1	-	-	-	(1)	-	51	-	(30)	(2)	(1)	18
Imobilizado em andamento	118	281	-	-	(284)	115	118	281	-	-	(283)	116
Outros	15	-	(2)	(6)	10	17	20	1	(2)	(6)	4	17
	1.191	281	(35)	(149)	5	1.293	1.414	290	(83)	(182)	5	1.444

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06(R2) (IFRS 16) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na nota explicativa nº3(a)(i).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação 2019

	Controladora						Consolidado						
	Saldo em 31.12.2018	Adições	Incorpo- ração	Baixas (i)	Depreciação	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2019	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Depreciação	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2019
Terrenos	12	-	-	-	-	-	12	15	-	-	-	-	15
Edifícios	6	3	-	-)	(2)	-	7	7	3	(1)	(2)	-	7
Benfeitorias em imóveis de Terceiros	658	10	-	(20)	(69)	99	678	661	10	(20)	(69)	99	681
Máquinas e equipamentos	71	4	24	(4)	(17)	12	90	170	6	(1)	(34)	11	152
Equipamentos de informática	169	24	2	(41)	(48)	64	170	179	24	(45)	(51)	65	172
Instalações	78	12	-	(8)	(12)	22	92	87	16	(8)	(13)	22	104
Móveis e utensílios	167	5	3	(30)	(24)	27	148	174	5	(33)	(25)	27	148
Veículos	-	-	-	1	-	-	1	18	-	(8)	(1)	-	9
Imobilizado em andamento	115	173	-	(1)	-	(224)	63	116	172	-	-	(224)	64
Outros	17	-	-	(2)	(8)	9	16	17	-	(1)	(8)	9	17
	1.293	231	29	(105)	(180)	9	1.277	1.444	236	(117)	(203)	9	1.369

(*) Os saldos foram rerepresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06(R2) (IFRS 16) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na nota explicativa nº3(a)(i).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Classificação da depreciação e amortização do Imobilizado e Intangível na Demonstração do resultado

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação e amortização no custo de mercadorias e serviços vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado (*)	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado (*)
Depreciação e amortização	42	36	65	68

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06(R2) (IFRS 16) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na nota explicativa nº3(a)(i).

e) Testes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

O valor recuperável das UGCs foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os próximos cinco anos. As premissas utilizadas no cálculo foram as seguintes: (i) taxa de crescimento do quinquênio 2020-2024, conforme o planejamento estratégico da Companhia; e (ii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da Companhia de 9,75% a.a.. Foi considerada a taxa de inflação para todos os períodos de 3,5% a.a..

Como resultado dessa análise, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi registrada uma redução por *impairment* no montante de R\$ 31 (R\$1 em 31 de dezembro de 2018) relacionada a 11 lojas.

12. Intangível

a) Política contábil

São compostos por ativos intangíveis da Companhia, basicamente pelo ágio gerado em combinações de negócio, marcas e contratos vantajosos adquiridos por combinação de negócios, fundos de comércio, *softwares* em desenvolvimento ou já desenvolvidos internamente, *softwares* adquiridos de terceiros.

Os gastos com o desenvolvimento de software para uso interno são reconhecidos como custo de ativos intangíveis, desde que atendam os critérios mínimos de reconhecimento. No reconhecimento inicial de intangíveis adquiridos de terceiros, o valor reconhecido é o custo. No entanto, em uma combinação de negócios, todos os intangíveis identificados de forma confiável da investida, são mensurados a valor justo. O ágio gerado pela aquisição de controladas e as marcas têm vida útil indefinida, logo, não são amortizados, em virtude da perpetuidade e/ou fluxo positivo de recursos que a controlada adquirida gerará para os negócios. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. As respectivas vidas úteis são revistas anualmente e ajustadas prospectivamente, quando aplicável.

Os intangíveis gerados internamente e os gastos com desenvolvimento de *software* que não atendem os critérios mínimos de reconhecimento são registrados no resultado do exercício, quando incorridos.

Anualmente, ou sempre que houver indícios de incertezas na recuperação, os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a testes de recuperação.

As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo intangível de vida útil definida são relacionadas a seguir:

Intangível	Vida útil média ponderada estimada em anos
	31.12.2019
Fundo de comércio	5
Direitos contratuais	9
<i>Software</i> e licenças	6
Contrato vantajoso	17

Não houve mudança significativa no cálculo da vida útil média ponderada comparada com o ano anterior.

b) Estimativas e premissas contábeis

Conforme prática contábil descrita acima, a Companhia testa anualmente se o valor contábil do ágio por aquisição de investimentos em controladas deve ser ajustado para trazê-lo ao seu valor recuperável. A Companhia utiliza premissas baseadas em seu planejamento estratégico e nos indicadores de mercado para avaliação da recuperabilidade deste ágio. O resultado do teste de *impairment*, bem como os índices utilizados, estão apresentados no item (d) desta nota explicativa.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora						Consolidado					
	Saldo em 31.12.2019			Saldo em 31.12.2018 reapresentado (*)			Saldo em 31.12.2019			Saldo em 31.12.2018 reapresentado (*)		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio (i)	-	-	-	-	-	-	627	-	627	627	-	627
Software em Desenvolvimento	181	-	181	280	-	280	181	-	181	295	-	295
Software e licenças	573	(282)	291	386	(152)	234	578	(284)	294	577	(308)	269
Direitos contratuais (ii)	251	(177)	74	251	(142)	109	251	(178)	73	251	(142)	109
Marcas e patentes (iii)	-	-	-	-	-	-	46	-	46	46	-	46
Contrato vantajoso (iv)	-	-	-	-	-	-	36	(13)	23	36	(11)	25
Fundo de comércio (v)	68	(67)	1	68	(66)	2	68	(67)	1	68	(66)	2
	1.073	(526)	547	985	(360)	625	1.787	(542)	1.245	1.900	(527)	1.373

Movimentação 2018 reapresentado (*)												
	Controladora					Consolidado						
	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Amortização	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2018	Saldo em 31.12.2017	Adições	Baixas	Amortização	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2018
Ágio (i)	-	-	-	-	-	-	627	-	-	-	-	627
Software em Desenvolvimento	101	347	-	-	(168)	280	108	373	(5)	-	(181)	295
Software e licenças	128	-	(24)	(32)	162	234	206	1	(24)	(89)	175	269
Direitos contratuais (ii)	145	-	-	(36)	-	109	145	-	-	(36)	-	109
Marcas e patentes (iii)	-	-	-	-	-	-	46	-	-	-	-	46
Contrato vantajoso (iv)	-	-	-	-	-	-	28	-	-	(3)	-	25
Fundo de comércio (v)	2	-	-	(1)	1	2	2	-	-	(1)	1	2
	376	347	(24)	(69)	(5)	625	1.162	374	(29)	(129)	(5)	1.373

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06(R2) (IFRS 16) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na nota explicativa nº3(a).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação 2019

	Controladora						Consolidado						
	Saldo em 31.12.2018	Adições	Incorpo- ração	Baixas	Amortização	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2019	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Amortização	Transfe- rências	Saldo em 31.12.2019
Ágio (i)	-	-	-	-	-	-	-	627	-	-	-	-	627
Software em Desenvolvimento	280	172	7	(5)	-	(273)	181	295	179	(8)	-	(285)	181
Software e licenças	234	20	25	(158)	(94)	264	291	269	20	(159)	(112)	276	294
Direitos contratuais (ii)	109	-	-	-	(35)	-	74	109	-	-	(36)	-	73
Marcas e patentes (iii)	-	-	-	-	-	-	-	46	-	-	-	-	46
Contrato vantajoso (iv)	-	-	-	-	-	-	-	25	-	-	(2)	-	23
Fundo de comércio (v)	2	-	-	-	(1)	-	1	2	-	-	(1)	-	1
	625	192	32	(163)	(130)	(9)	547	1.373	199	(167)	(151)	(9)	1.245

(i) **Ágio:** A Companhia mantém ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da aquisição da Bartira em 2013, no montante de R\$627.

(ii) **Direitos contratuais:** Os direitos contratuais da Companhia referem-se à reaquisição dos direitos de intermediação de seguro e garantia estendida. A vida útil destes ativos foi estabelecida com base na data de término dos direitos readquiridos.

(iii) **Marcas e patentes:** Em consequência da combinação de negócios da Bartira, foi reconhecido um valor para essa marca no montante de R\$46 com base na metodologia *royalties relief*, que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida.

(iv) **Contrato vantajoso:** Como parte da combinação de negócios da Bartira, o imóvel utilizado por Bartira é objeto de arrendamento, tendo Casa Bahia Comercial Ltda. como arrendadora. Sua mensuração foi realizada por informação de transações comparáveis no mercado.

(v) **Fundos de comércio:** Os fundos de comércio referem-se aos valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Testes de redução ao valor recuperável do ativo intangível

Para os ativos intangíveis de vida útil definida, a Companhia avalia a existência de evidências que possam indicar que o seu valor contábil não seja mais recuperável pela sua utilização. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa em que estes ativos intangíveis estavam vinculados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável.

A Companhia analisa, pelo menos anualmente, se há indícios de que os ativos intangíveis com vida útil definida não são capazes de gerar benefícios econômicos futuros através de geração de receita de venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia efetuou análise em conjunto com seu departamento de tecnologia da informação, com a finalidade de analisar se os projetos em questão apresentavam viabilidade econômica. Aqueles casos em que não era provável que os ativos intangíveis iriam ser capazes de gerar benefícios econômicos e/ou que sua manutenção não estava alinhada com a estratégia da nova administração da Companhia, foram descontinuados. Como consequência, os saldos até então registrados foram reduzidos ao seu valor recuperável, o que resultou em uma baixa ao resultado no montante de R\$142.

Para a determinação do valor recuperável dos ativos intangíveis relativos à combinação de negócios da Bartira (ágio por aquisição de controlada, marca e contrato vantajoso), os seus respectivos valores foram devidamente alocados ao único segmento que a Companhia reporta. A aquisição da Bartira foi estratégica e realizada com o objetivo de permitir um fornecimento contínuo de móveis, importante categoria de vendas para a Companhia em ambos os negócios, bem como alavancar o fluxo de clientes para as lojas, qual beneficia fortemente todas as demais categorias de produtos. Dessa forma, o teste de *impairment* para o ágio foi realizado tomando os fluxos de caixa futuros projetados para os próximos 10 anos da Via Varejo em virtude do plano de negócios da Companhia que é estruturado de forma a demonstrar a realização de seus ativos nesse prazo.

Para a determinação do valor recuperável, quatro principais premissas foram utilizadas na elaboração do teste: (i) taxa de crescimento do Quinquênio 2020-2024, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de crescimento real das vendas (descontado inflação) de 1,5% do sexto ao décimo ano; (iii) taxa de desconto representativa ao custo médio ponderado de capital da Companhia de 9,75% a.a.; e (iv) estabilidade da margem EBITDA a partir do quarto ano. A perpetuidade foi calculada considerando as mesmas premissas do último período. Essa análise não indicou a necessidade de reconhecimento de perdas desse ativo.

A Companhia realizou um teste de sensibilidade reduzindo a taxa de crescimento em 20%, aumentando a taxa de desconto para 11,7% (equivalente a um aumento de 20%) e reduzindo a margem EBITDA em 1%. Essa análise também não indicou a necessidade de constituição de perdas desse ativo.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos saldos

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2019	31.12.2018 reapresentado (*)	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado (*)
CDCI (i)	6,40% a.a.	3.746	3.400	3.746	3.400
Notas promissórias (ii)	5,18% a.a.	1.528	502	1.528	502
Empréstimos em moeda estrangeira (iii)	4,17% a.a.	127	395	127	395
Debêntures (iv)	5,20% a.a.	500	-	500	-
Instrumentos financeiros - <i>hedge</i> de valor justo		-	6	-	6
Outros		-	18	-	22
		5.901	4.321	5.901	4.325
Circulante		4.944	3.356	4.944	3.357
Não circulante		957	965	957	968
Instrumentos financeiros – <i>hedge</i> de valor justo ativo	4,5% a.a.	2	-	2	-
Total de empréstimos e financiamentos, líquido		5.899	4.321	5.899	4.325

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06 (IFRS 16) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 3 (a).

(i) CDCI

As operações de Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor (“CDCI”) correspondem ao financiamento das vendas a prazo a clientes, por intermédio de instituições financeiras (vide nota explicativa nº 6(b)(ii)). As taxas são pré-fixadas a cada contratação que a Companhia realiza. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 6,40% a.a. (7,78% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

(ii) Notas promissórias

Em 12 de dezembro de 2018, a Companhia realizou a 1ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única. Foram emitidas 5 notas com valor nominal unitário de R\$100 e vencimento em fevereiro de 2020, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476/2009. Por meio da 4ª emissão de debêntures, conforme o item (iv) abaixo, foi realizado o resgate antecipado total das notas promissórias em 27 de dezembro de 2019.

Em 10 de setembro de 2019, a Companhia realizou a 2ª emissão de notas promissórias comerciais, em série única. Foram emitidas 1.500 (mil e quinhentas) notas com valor nominal unitário de R\$1, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476/2009. Os valores captados serão utilizados para otimização do fluxo de caixa no curso e gestão ordinária dos negócios da Companhia. O vencimento das notas promissórias será em setembro de 2020.

(iii) Empréstimos em moeda estrangeira e moeda nacional

A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas e, quando aplicáveis, juros variáveis, bem como de operações em moeda nacional com taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuantes). As operações de *swap* são contratadas com o mesmo conglomerado financeiro e moeda dos empréstimos correspondentes, e são registrados na rubrica “Instrumentos financeiros – *hedge* de valor justo”, conforme o valor líquido apurado de cada instrumento. Esses contratos têm os mesmos prazos e datas para pagamento de juros e principal.

(iv) Debêntures

Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única. Foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) debêntures no valor unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009. O prazo de vigência das debêntures é de 2 anos contados da data da emissão, e os recursos captados foram destinados para alongamento do perfil da dívida da Companhia.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação

O quadro abaixo permite identificar as movimentações apresentadas nas atividades de financiamento do fluxo de caixa.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017 – reapresentado (*)	3.516	4.087
Fluxos de caixa de financiamento		
Captações (i)	5.818	5.818
Amortizações (i)	(4.976)	(5.585)
Amortizações de arrendamento	-	-
Liquidação contrato de <i>swap</i>	-	45
Pagamento de juros (i)	(306)	(328)
Pagamento de juros de arrendamento	-	-
Pagamento de juros de <i>swap</i>	(3)	(5)
Variações que não envolvem caixa		
Juros incorridos (i)	269	286
<i>Swap</i>	7	(22)
Variação cambial	(3)	30
Marcação a mercado	(1)	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.321	4.325
Saldo em 31 de dezembro de 2018 – reapresentado (*)	4.321	4.325
Fluxos de caixa de financiamento		
Captações (ii)	7.615	7.615
Amortizações (ii)	(6.056)	(6.057)
Pagamento de juros (ii)	(292)	(292)
Pagamento de juros de <i>swap</i>	(13)	(13)
Incorporação Cnova	3	-
Variações que não envolvem caixa		
Juros incorridos (ii)	306	306
<i>Swap</i>	6	6
Variação cambial	7	7
Marcação a mercado	2	2
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.899	5.899

(i) Em 2018, os montantes referentes às operações de CDCI foram de R\$4.920 de captações, R\$4.954 de amortizações, R\$288 de pagamento de juros e R\$256 de juros incorridos.

(ii) Em 2019, os montantes referentes às operações de CDCI foram de R\$5.344 de captações, R\$4.993 de amortizações, R\$240 de pagamento de juros e R\$234 de juros incorridos.

c) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

Ano	Controladora	Consolidado
2021	456	456
2022	501	501
Total	957	957

d) Cláusulas restritivas

A Companhia monitora constantemente indicadores significativos, tais como o Índice Consolidado de Alavancagem Financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA Ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA Ajustado ("*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization Adjusted*").

Nota Promissória e Debêntures

A manutenção do vencimento contratual das notas promissórias e das debêntures em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("*covenants*"), as quais a Companhia vem cumprindo regularmente. Os principais indicadores de cumprimento de cláusulas restritivas são:

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Covenants sobre dívida líquida:

- (i) Dívida líquida ajustada não superior ao Patrimônio Líquido e;
- (ii) Relação entre dívida líquida ajustada, e o EBITDA ajustado para a verificação relativa a todos os trimestres

No período findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia cumpriu integralmente todas as cláusulas restritivas relacionadas aos empréstimos e financiamentos.

14. Gerenciamento de riscos financeiros

Quando não é possível obter o valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros em mercados ativos, o valor justo registrado nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13) – Mensuração do valor justo, que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e nas datas dos balanços. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

a) Composição dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado (*)	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado (*)
Ativos financeiros				
<u>Custo amortizado</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.320	2.989	1.364	3.711
Contas a receber (exceto Administradoras de cartões de crédito)	2.473	2.115	2.474	2.329
Partes relacionadas	237	1.489	262	322
<u>Valor justo por meio de outros resultados</u>				
<u>Abrangentes</u>				
Administradoras de cartões de crédito	3.004	1.114	3.004	1.656
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Instrumentos financeiros - <i>Hedge</i> de valor justo	2	-	2	-
Passivos financeiros				
Fornecedores	(7.232)	6.956	(7.278)	8.652
Fornecedores convênio	(647)	(291)	(647)	(421)
Empréstimos e financiamentos	(5.774)	(3.920)	(5.774)	(3.924)
Passivo de arrendamento	(4.543)	(4.137)	(4.583)	(4.300)
Partes relacionadas	(121)	(320)	(119)	(159)
Repasse a terceiros	(515)	(535)	(515)	(540)
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Empréstimos e financiamentos	(127)	(395)	(127)	(395)
Instrumentos financeiros - <i>Hedge</i> de valor justo	-	(6)	-	(6)

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06(R2) (IFRS 16) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na nota explicativa nº3(a)(i).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações de tesouraria da Companhia são regularmente reportadas para o Comitê Financeiro, órgão de assessoramento do Conselho de Administração e, se necessário, diretamente para o Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pela tesouraria da Companhia. Os riscos mais significativos aos quais a Companhia está exposta são relacionados aos riscos de mercado decorrentes dos movimentos de taxas básicas de juros, variação cambial, riscos de liquidez e de crédito. A Companhia monitora tais riscos e os respectivos impactos nas projeções financeiras.

b) Risco de mercado

Para o cálculo da análise de sensibilidade, o risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 é o aumento do percentual do CDI, uma vez que, o saldo total dos empréstimos e financiamentos excedeu o saldo das aplicações financeiras indexadas a mesma modalidade de taxa de juros.

(i) Taxa básica de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas, dentre as quais o CDI, para fazer frente às necessidades de capital de giro e de investimentos. Da mesma forma, a Companhia realiza aplicações financeiras referenciadas ao CDI como parte da estratégia de gerenciamento de caixa.

Uma análise de sensibilidade foi preparada considerando uma estimativa do efeito líquido no resultado dos próximos 12 meses. Portanto, a Companhia considerou em três cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na B3, para as datas de vencimento das operações, limitada a 12 meses, cuja taxa foi 4,47% a.a. Nos cenários II e III, foram considerados aumentos na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente.

Abaixo quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros, demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada um dos cenários:

Operações	Risco	Consolidado	Análise de sensibilidade		
		Saldo em 31.12.2019	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	Aumento do CDI	1.228	44	55	66
Empréstimos bancários (*)	Aumento do CDI	2.028	(158)	(200)	(243)
Impacto no resultado – despesa			(114)	(145)	(177)

(*) Não incluem os contratos de empréstimos CDCI por apresentarem taxas de juros pré-fixadas. A análise de sensibilidade do instrumento financeiro derivativo está apresentada no item a seguir.

(ii) Taxa de câmbio e juros dos empréstimos em moeda estrangeira

Em julho de 2018, a Companhia captou um novo empréstimo em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) com taxas de juros pré-fixadas. Desta forma, a Companhia está exposta somente ao risco de variação cambial pela dívida contratada. A Companhia faz uso de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo Real, atreladas às taxas de juros pré-fixadas acrescidas de variação do CDI.

A Companhia mantém empréstimos em moeda estrangeira protegidos por contrato de *swap*, conforme descrição abaixo:

Contraparte	Na data da contratação		Data de contratação	Data de vencimento	Controladora e Consolidado	
	Valor referência USD milhões	Valor referência R\$ Milhões			Valor justo 31.12.2019	Valor justo 31.12.2018
Santander	(72)	(281)	06/07/2018	05/07/2019	-	(279)
Itaú	(30)	(117)	06/07/2018	15/01/2020	(127)	(116)
	(102)	(398)			(127)	(395)
Contratos de <i>swap</i>						
Posição ativa	102	398			127	395
Posição passiva	(102)	(398)			(125)	(401)
Posição <i>swap</i> líquida	-	-			2	(6)

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros derivativos e os instrumentos financeiros designados como objeto de *hedge* foram contabilizados a valor justo.

A Companhia calcula a efetividade das operações de *hedge* na sua contratação, em bases contínuas. Em 31 de dezembro de 2019, as operações de *hedge* contratadas apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Portanto, nenhum ajuste no resultado do período foi registrado como resultado do teste de efetividade.

Os ganhos e perdas sobre contratos de *swap*, realizadas ou não, são registradas no “Resultado financeiro líquido”. O saldo a receber ou a pagar, pelo valor justo, é registrado na rubrica de “Instrumentos financeiros - *hedge* de valor justo”, conforme o valor líquido apurado do respectivo instrumento. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, houve perda reconhecida no resultado nos contratos de *swap* de moeda estrangeira de R\$4 (perda de R\$9 em 31 de dezembro de 2018).

Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses, decorrente dos riscos de flutuação de moeda, a Companhia elabora uma análise de sensibilidade de exposição baseada no risco da taxa de câmbio do empréstimo em moeda estrangeira e do CDI do contrato de *swap*, considerando três cenários.

No cenário I as seguintes premissas foram adotadas: (i) a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na B3 para as datas de vencimento do empréstimo, limitado a 12 meses, cuja taxa foi 4,50% a.a. e (ii) a taxa de câmbio foi definida em R\$4,08 com base na cotação do dólar futuro negociado na B3 para a data de vencimento do contrato, limitado a 12 meses. Nos cenários II e III, foram projetados a 25% e 50% respectivamente, redução do CDI e valorização do dólar.

Abaixo quadro de análise de sensibilidade do risco da taxa de câmbio demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada um dos cenários:

Operações	Risco	Consolidado	Análise de sensibilidade		
		Saldo em 31.12.2019	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em USD	Valorização do dólar	(127)	(2)	(35)	(67)
Swap (ponta ativa em USD)	Valorização do dólar	127	2	35	67
Swap (ponta passiva em USD)	Redução do CDI	(125)	(1)	(1)	(1)
Impacto no resultado – despesa			(1)	(1)	(1)

c) Risco de liquidez

É política da Companhia manter aplicações financeiras, empréstimos e linhas de crédito suficientes para atender às necessidades de caixa de curto e longo prazos. A Companhia regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. É prática do departamento de tesouraria da Companhia manter linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro. Regularmente são realizadas análises de sensibilidade para avaliar o impacto na posição de liquidez da Companhia, caso as linhas de crédito atualmente existentes não sejam renovadas.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros mantidos pela Companhia. A tabela inclui principal e juros, calculados até o vencimento dos passivos financeiros. Dessa forma, os saldos nela apresentados podem não conferir com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

	31.12.2019							
	Controladora			Total	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos		Menos de 1 ano	De 1 a 5 Anos	Mais que 5 anos	
Fornecedores	7.232	-	-	7.232	7.278	-	-	7.278
Fornecedores convênio	653	-	-	653	653	-	-	653
Empréstimos e financiamentos	5.134	993	-	6.127	5.134	993	-	6.127
Instrumentos financeiros derivativos	(4)	-	-	(4)	(4)	-	-	(4)
- Hedge de valor justo								
Passivo de arrendamento	999	3.888	1.673	6.560	1.007	3.922	1.703	6.632
Partes relacionadas	121	-	-	121	119	-	-	119
Repasse a terceiros	515	-	-	515	515	-	-	515
	<u>14.650</u>	<u>4.881</u>	<u>1.673</u>	<u>21.204</u>	<u>14.702</u>	<u>4.915</u>	<u>1.703</u>	<u>21.320</u>

d) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixa e equivalentes de caixa mantidos com instituições financeiras, na posição das contas a receber geradas nas transações comerciais, bem como em transações não recorrentes, tais como venda de ativo não financeiro.

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, a fim de minimizar o risco de crédito, a Companhia adota políticas que restringem o relacionamento bancário em instituições financeiras validadas pelo Comitê Financeiro e aprovadas pelo Conselho de Administração. Os bancos autorizados são os classificados como de primeira linha. Essa política também estabelece limites monetários e concentração de riscos que são regularmente atualizados.

Para os saldos do contas a receber, o risco de crédito é mitigado porque grande parte das vendas da Companhia são realizadas por cartão de crédito, que são substancialmente securitizados com as administradoras de cartões de crédito. As vendas financiadas através do Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência do vendedor ("CDCI"), são linhas de crédito adquiridas junto aos bancos Bradesco, Safra e Banco do Brasil, visando o financiamento dos clientes com interveniência da Companhia. Desta forma, a Companhia detém o risco de crédito, adotando procedimentos criteriosos na sua concessão. O saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

As estimativas de perda por não recuperação de ativos financeiros são calculadas conforme a política contábil da Companhia, descrita na nota explicativa nº 6(a). Os saldos dessas estimativas, apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, foram considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais perdas da carteira de recebíveis.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Gerenciamento de capital

O objetivo da Administração da Companhia é assegurar uma adequada classificação de risco de crédito, além de uma proporção de capital de terceiros bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor detido pelo acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento de órgão regulador sobre o capital.

Ativo (passivo)	Consolidado			
	31.12.2019		31.12.2018 reapresentado (*)	
	Com CDCI	Sem CDCI	Com CDCI	Sem CDCI
Caixa e equivalentes de caixa	1.364	1.364	3.711	3.711
Empréstimos e financiamentos	(5.901)	(2.155)	(4.319)	(919)
Instrumentos financeiros – <i>Hedge</i> de valor Justo (Ativo)	2	2	(6)	(6)
Fornecedores convênio (i)	(647)	(647)	(421)	(421)
Caixa (Dívida) líquida	(5.182)	(1.436)	(1.035)	2.365
Patrimônio líquido	578	578	1.999	1.999
Índice de endividamento líquido	(8,97)	(2,48)	(0,52)	1,18

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06 (IFRS 16) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 3(a)(i).

- (i) Fornecedores convênio: tratam-se de passivos financeiros caracterizados pela antecipação de pagamentos a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras, cujos vencimentos foram postergados. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos através de linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras, com o custo financeiro implícito de 6,18% a.a. em 31 de dezembro de 2019 (7,37% a.a. em 31 de dezembro de 2018). A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e a classifica separadamente da rubrica "Fornecedores".

f) Mensurações do valor justo

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha certos ativos e passivos financeiros, cuja divulgação da mensuração a valor justo é requerida conforme o CPC 40 (IFRS 7), apresentados no quadro a seguir:

	31.12.2019			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Custo amortizado				
Financiamento ao consumidor - CDCI (i)	2.529	2.745	2.529	2.745
Empréstimos e financiamentos - CDCI (ii)	(3.746)	3.764	(3.746)	3.764
Valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos – moeda nacional e estrangeira (ii)	(127)	(127)	(127)	(127)
Contratos de <i>swap</i> (ii)	2	2	2	2
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Administradoras de cartões de crédito (ii)	3.004	3.004	3.004	3.004

- (i) Os contratos de financiamento ao consumidor - CDCI são classificados no nível 3 por considerar dados não observáveis utilizados para mensurar o valor justo. Para este cálculo, a Companhia utilizou como premissa a carteira de recebíveis do CDCI e a expectativa de perda dos títulos, bem como a taxa média de desconto de duplicatas.

- (ii) Os Empréstimos e financiamentos – CDCI, Empréstimos em moeda estrangeira, Instrumentos financeiros – *hedge* de valor justo e Administradoras de cartões de crédito são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura e negociações com partes independentes.

A Companhia avaliou e concluiu que, exceto os indicados no quadro anterior, a maioria de seus ativos e passivos financeiros são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente devido aos vencimentos de curto prazo dos mesmos.

Os instrumentos financeiros da Companhia não são negociados em mercados organizados e serão mantidos até o seu vencimento, exceto os ativos financeiros de Administradoras de cartões de crédito.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Tributos a pagar

a) Política Contábil

Os saldos de tributos a pagar estão apresentados líquidos entre o valor total devido e o saldo a recuperar relacionado a cada um dos tributos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), Imposto sobre Serviços ("ISS"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), além dos impostos que a empresa precisa reter sobre determinadas atividades, como aluguéis e serviços tomados, entre outros.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
ICMS a pagar	166	103	167	125
Programa Especial de Regularização Tributária (i)	27	29	27	29
IRRF a pagar	19	17	19	19
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	1	2
Outros	7	7	9	18
	<u>219</u>	<u>156</u>	<u>223</u>	<u>193</u>
Circulante	194	126	198	163
Não circulante	25	30	25	30

(i) A Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária ("PERT"), instituído pela Medida Provisória ("MP") 783/2017, que permite a regularização de débitos junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Política Contábil

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Reconciliação do resultado do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado (*)	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado (*)
Lucro (prejuízo) antes da tributação	(1.991)	(388)	(2.004)	(424)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	677	132	681	144
Equivalência patrimonial	(72)	(55)	16	14
Reconhecimento de diferenças temporárias e prejuízo fiscal (i)	-	-	-	59
Prejuízo fiscal não reconhecido (i)	-	-	(83)	(106)
Outras diferenças permanentes	(47)	20	(43)	22
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	7	(3)	4	4
Imposto de renda e contribuição social efetivos	565	94	575	137
Corrente reconhecido no resultado	(2)	29	(5)	8
Diferido reconhecido no resultado	560	68	576	125
Receitas (despesas) de imposto de renda e contribuição social	558	97	571	133
Diferido reconhecido por meio de outros resultados Abrangentes	7	(3)	4	4
	565	94	575	137

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06 (IFRS 16) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 3 (a).

(i) A controlada Cnova Brasil não reconhecia ativos fiscais diferidos decorrentes tanto de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, como de diferenças temporárias, por não haver expectativa de realização destes ativos. A partir de 30 de setembro de 2018, a Companhia passou a reconhecer os ativos fiscais calculados sobre as diferenças temporárias da controlada Cnova Brasil, considerando que estudos de monetização indicaram a possibilidade de recuperação destes ativos. Tais estudos estão fundamentados principalmente no projeto de cisão parcial e incorporação das operações dessa controlada na Via Varejo, aprovado pela Administração. Em 31 de dezembro de 2019, o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos no balanço patrimonial referentes aos prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, representam o montante de R\$521 (R\$438 em 31 de dezembro de 2018).

c) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado (*)	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado (*)
Provisão para demandas judiciais	547	268	561	284
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	166	143	166	168
Prejuízos fiscais e bases negativas	352	74	407	128
Provisão para despesas correntes	40	92	41	99
Perdas estimadas no ativo imobilizado e estoque	121	40	121	61
Arrendamento mercantil	297	242	300	274
Outros	38	38	38	48
Total ativo fiscal diferido	1.561	897	1.634	1.062
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(130)	(120)	(140)	(143)
PPA Bartira	-	-	(27)	(31)
Outros	-	-	(6)	(6)
	(130)	(120)	(173)	(180)
	1.431	777	1.461	882
Ativo fiscal diferido	1.431	777	1.467	888
Passivo fiscal diferido	-	-	(6)	(6)

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 06 (IFRS 16) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 3 (a).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

O imposto de renda e a contribuição social diferidos estão apresentados no balanço patrimonial pelo montante líquido, por entidade contribuinte, da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Tributos diferidos ativo	1.431	777	1.467	888
Tributos diferidos passivo	-	-	(6)	(6)

d) Realização esperada de imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração, demonstrando a geração de lucros tributáveis futuros em montante suficiente à realização total desses em um prazo máximo de dez anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis, conforme indicado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2019	Controladora	Consolidado
2020	579	588
2021	224	234
2022	228	239
2023	74	82
2024	98	106
Mais de 5 anos	358	385
	1.561	1.634

17. Provisão para demandas judiciais

a) Política Contábil

Para que as provisões para demandas judiciais apresentadas reflitam a melhor estimativa de desembolso futuro, os processos legais são avaliados pela Administração para estimar o potencial de perda de cada processo. Essa análise leva em consideração pareceres jurídicos emitidos por assessores legais além do histórico dos processos da Companhia e respectivos pagamentos. As provisões são constituídas para todos os processos que foram analisados e considerados como perda provável, ou com base no histórico de perdas, no caso de parte das causas trabalhistas, previdenciárias e cíveis.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas de acordo com os valores dos processos, e não consideram os saldos de depósitos judiciais, já que esses estão classificados no ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão. Além disso, para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia tem como prática o provisionamento no momento em que há o julgamento em definitivo das causas.

b) Estimativas e premissas contábeis

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, tributários, trabalhistas, previdenciárias e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica.

As provisões para demandas judiciais tributárias são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável. Dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

As provisões para demandas judiciais trabalhistas e cíveis são calculadas com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos, utilizando o percentual de sucesso para cada tipo de reclamação, e o valor médio de perdas por cargos de funcionário ou tipo de causa.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente para ações coletivas e àquelas que apresentam características que as diferenciam dos processos contidos na massa, a Companhia analisa o risco individual (de cada ação). Na prática para cada processo, um escritório independente é contratado, analisa os riscos e efetua os cálculos dos riscos nos quais a Companhia está exposta. Este valor é provisionado de acordo com o momento processual e considerando a probabilidade de perda, sendo que, em momentos em que já existam decisões nos autos, e quando necessária a provisão, o valor provisionado é calculado com base no valor de liquidação das ações.

Saldos e movimentação

	Controladora			
	Tributárias (i)	Previdenciárias e trabalhistas (ii)	Cíveis e outros (iii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	112	935	127	1.174
Adições	11	862	149	1.022
Pagamentos	(1)	(717)	(78)	(796)
Reversões	(11)	(472)	(110)	(593)
Atualização monetária	3	78	15	96
Saldo em 31 de dezembro de 2018	114	686	103	903
Adições	1	1.969	398	2.368
Pagamentos	-	(1.010)	(112)	(1.122)
Incorporação Cnova	-	2	29	31
Reversões	(108)	(234)	(106)	(448)
Atualização monetária	(5)	62	10	67
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2	1.475	322	1.799

	Consolidado			
	Tributárias (i)	Previdenciárias e trabalhistas (ii)	Cíveis e outros (iii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	112	952	175	1.239
Adições	47	896	264	1.207
Pagamentos	(1)	(738)	(161)	(900)
Reversões	(12)	(490)	(170)	(672)
Atualização monetária	3	80	20	103
Saldo em 31 de dezembro de 2018	149	700	128	977
Adições	1	2.004	413	2.418
Pagamentos	-	(1.025)	(112)	(1.137)
Reversões	(108)	(239)	(117)	(464)
Atualização monetária	(3)	63	11	71
Saldo em 31 de dezembro de 2019	39	1.503	323	1.865

(i) Tributárias

Os processos tributários estão sujeitos, por lei, à atualização mensal, calculada com base nas taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas dos montantes não pagos, quando aplicável, foram computados e provisionados em sua totalidade.

Em 31 de março de 2019, a Companhia reverteu a provisão referente ao processo tributário relativo aos créditos de PIS e COFINS sobre as despesas de propaganda, no montante de R\$108. A Companhia, demonstrou por meio de estudos técnicos, a essencialidade desses gastos sobre a performance de vendas nos últimos anos. Adicionalmente, a Companhia se ampara em opiniões recentes do Superior Tribunal de Justiça ("STJ") e em opinião nossos consultores jurídicos externos, que classificam o risco como possível.

Em 31 de dezembro de 2019 os principais processos tributários provisionados referem-se a não homologação de compensações relativas a crédito de PIS/COFINS, no montante de R\$38, tendo sido provisionado com base na avaliação dos advogados externos e corroborada pela Administração.

(ii) Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas relacionados com o desligamento de empregados, reflexo da rotatividade normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$1.503 (R\$700 em 31 de dezembro de 2018).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia possui 28.180 processos trabalhistas ativos em 31 de dezembro de 2019 (31.472 em 31 de dezembro de 2018). A provisão para contingências trabalhistas é calculada com base nas perdas efetivas históricas aplicadas à totalidade dos processos ativos por cargos.

Considerando o acompanhamento constante da evolução da carteira de processos trabalhistas, ficou constatado incremento do ticket médio e taxa de procedência desses processos e, por este motivo, a Companhia entendeu ser necessário alterar a metodologia de cálculo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, para fazer frente aos valores que se espera dispendir nos próximos anos para liquidação dos processos. Assim, adicionalmente à provisão efetuada para os processos individuais que são calculados com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos, a Companhia passou a efetuar análise individualizada de todas as ações coletivas ajuizadas pelos Sindicatos ou pelo Ministério Público do Trabalho e àquelas que apresentam características que as diferenciam dos processos contidos na massa. Na prática, para cada um desses processos, um escritório independente analisa os riscos e efetua os cálculos dos valores esperados de perdas, considerando os desdobramentos dos processos nos tribunais. Este valor é provisionado de acordo com o momento processual e a probabilidade de perda apontada pelos advogados externos e internos da Companhia, sendo que, em momentos em que já existam decisões avançadas nos autos o valor provisionado é de acordo com a liquidação das decisões.

(iii) Cíveis e outros

A Companhia responde às ações de natureza cível. Os principais processos são:

- Ações renovatórias de aluguel de lojas, em que a Companhia é obrigada a pagar valores provisórios de aluguéis até o trânsito em julgado. Durante o período de julgamento das ações, a Companhia constitui provisão entre a diferença do valor pago a título de aluguel provisório e os valores pleiteados pelos locadores. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da provisão era de R\$44 (R\$45 em 31 de dezembro de 2018);
- Ações envolvendo direitos das relações de consumo: A Companhia possui 41.471 processos cíveis em andamento em 31 de dezembro de 2019 (40.687 em 31 de dezembro de 2018). A provisão é calculada com base no histórico de perdas, por tipo de reclamação, aplicado sobre a totalidade dos processos ativos. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da provisão era de R\$282 (R\$83 em 31 de dezembro de 2018). Cabe ainda chamar atenção que a elevação no saldo de provisão Cível, se deu pela mudança na metodologia de cálculo que foram implementadas: (i) atualização do ticket médio utilizado para cálculo dos processos contidos na massa; (ii) ações coletivas e àquelas que apresentam características que as diferenciam dos processos contidos na massa passaram a ser analisadas individualmente. Na prática um escritório independente passou a ser contratado, para calcular e analisar os riscos aos quais a Companhia pode estar exposta, este valor é provisionado de acordo com o momento processual.

c) Passivos contingentes

(i) A Companhia apresenta outras demandas que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas totalizando R\$2.007 em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.699 em 31 de dezembro de 2018), e que são relacionadas principalmente a:

Tributárias

- COFINS, PIS, IRPJ, IRRF, CSLL e INSS: (i) processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelas autoridades fiscais, gerados em virtude de créditos provenientes de êxito em processos judiciais, divergência de recolhimentos e multa por descumprimento de obrigações acessórias; (ii) autuação fiscal em decorrência da não tributação de PIS e COFINS sobre valores considerados, segundo a Receita Federal, como receitas tributáveis, entre elas, as bonificações recebidas de fornecedores; (iii) aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre as despesas com propaganda e taxas de administração de cartões; (iv) outros de menor materialidade. O montante envolvido nos referidos processos é de aproximadamente R\$722 em 31 de dezembro de 2019 (R\$637 em 31 de dezembro de 2018).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- ICMS, ISS e IPTU: (i) processos administrativos e judiciais decorrentes da não tributação do ISS sobre valores considerados pelo fisco municipal como comercialização de serviços; (ii) autuações fiscais decorrentes de supostas divergências no confronto das informações transmitidas para as secretarias da Fazenda Estadual, bem como da não tributação do ICMS sobre a comercialização do serviço de garantia estendida; (iii) autuações decorrentes de apropriação de créditos na aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular e multa por descumprimento de obrigações acessórias; (iv) outros de menor materialidade. O montante envolvido nas referidas autuações é de aproximadamente R\$955 em 31 de dezembro de 2019 (R\$915 em 31 de dezembro de 2018).
- Ágio Mandala: autuação fiscal em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2012 e 2013, referente ao ágio originado da aquisição do Ponto Frio ocorrida no ano-calendário de 2009. O valor atualizado do auto de infração corresponde a R\$92 de IRPJ e CSLL (R\$89 em 31 de dezembro de 2018).

Cíveis e outros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta demandas cíveis que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como perda possível e, portanto, não provisionadas totalizando R\$183.

d) Depósitos judiciais

A Companhia contesta o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações previdenciárias e trabalhistas bem como processos cíveis para os quais efetuou depósitos recursais (vinculados), em montante equivalente aos pendentes de decisão legal. Este montante está registrado no ativo da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Previdenciárias e trabalhistas	517	861	532	877
Tributárias	61	45	65	50
Cíveis e outros	31	31	32	37
	<u>609</u>	<u>937</u>	<u>629</u>	<u>964</u>

A Companhia contratou especialistas e realizou uma série de melhorias em seus controles o que permitiu uma visão mais acurada e tempestiva dos saldos de depósitos judiciais, este cenário associado a uma política focada na busca por acordos judiciais nas fases iniciais dos processos, resultou na redução dos saldos de depósitos judiciais supramencionados.

e) Garantias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia ofereceu garantias comerciais e judiciais decorrentes de ações cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme demonstrado a seguir:

Ações	Carta de Fiança
Tributárias	815
Cíveis e outras	588
Previdenciária e trabalhistas	818
	<u>2.221</u>

A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2019 garantias e fianças bancárias envolvendo acordos comerciais de serviços financeiros (receita diferida). Tais garantias e fianças bancárias são outorgadas pela Companhia Brasileira de Distribuição – garantias corporativas – sendo que a Companhia paga comissão por estas. Até 31 de dezembro de 2019 as garantias somavam R\$ 2.394.

O custo anual das garantias é de aproximadamente 0,61% sobre o valor garantido, sendo registrado na rubrica “Despesas financeiras”, pela fluência do prazo.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Operações de arrendamento mercantil

a) Política Contábil

O CPC 06(R2)/ IFRS16 – Arrendamentos, introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. A norma determina que todos os arrendamentos e seus correspondentes direitos e obrigações contratuais deverão ser reconhecidos no balanço patrimonial. Ainda segundo a norma, estão isentos de reconhecimento os arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e cujo o ativo subjacente é de baixo valor. Também estão fora do escopo da norma contratos com prazo indeterminado e aqueles no qual a contraprestação tem base em valores variáveis. Para os arrendamentos isentos ou fora do escopo da norma, a Companhia realizou o reconhecimento como despesa no resultado do exercício, conforme incorridas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia incorreu, respectivamente, com despesas variáveis de arrendamento de R\$ 52 e R\$ 56 na Controladora (R\$ 52 e R\$ 56 no Consolidado).

Para cada contrato de arrendamento, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e passivo de arrendamento.

O ativo de direito de uso é reconhecido na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso da Companhia. Inicialmente, o ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, e posteriormente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

O passivo de arrendamento é composto pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos ou fixos em essência, que seriam pagamentos mínimos acordados com o arrendador. Ao calcular o passivo de arrendamento, a Companhia utilizou a sua taxa incremental de empréstimos, a qual foi aplicada nominalmente para desconto dos fluxos de pagamento.

Os juros sobre o passivo de arrendamento e a depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidos na Demonstração do resultado de acordo com o período do contrato.

b) Composição dos saldos e movimentação

Ativo de direito de uso

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.290	3.363
Adição e remensuração	535	544
Baixas	(29)	(33)
Depreciação	(462)	(473)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.334	3.401
Adição e remensuração	935	941
Baixas	(167)	(173)
Depreciação	(524)	(529)
Incorporação Cnova	34	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.612	3.640

Classificação da depreciação do ativo de direito de uso na Demonstração do resultado

Nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu os seguintes montantes de depreciação e juros do passivo de arrendamento no custo das mercadorias e serviços vendidos:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Depreciação	111	97	116	106
Juros	143	132	148	136

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo de arrendamento

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.050	4.224
Adição e remensuração	522	532
Baixas	(34)	(34)
Pagamento de principal	(401)	(422)
Pagamento de juros	(402)	(417)
Juros incorridos	402	417
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.137	4.300
Adição e remensuração	934	939
Baixas	(167)	(167)
Pagamento de principal	(486)	(497)
Pagamento de juros	(406)	(415)
Juros incorridos	413	423
Incorporação Cnova	118	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.543	4.583
Circulante	607	609
Não circulante	3.936	3.974

c) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento reconhecidos no passivo não circulante

Ano	Controladora			Consolidado		
	Fluxo bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento	Fluxo bruto	Juros embutidos	Passivo de arrendamento
2020	974	(367)	607	981	(372)	609
2021	889	(327)	562	896	(332)	564
2022	883	(283)	600	890	(287)	603
2023	808	(237)	571	815	(241)	574
2024	670	(195)	475	677	(199)	478
2025	572	(159)	413	579	(162)	417
Mais de 5 anos	1.669	(354)	1.315	1.699	(361)	1.338
Total	6.465	(1.922)	4.543	6.537	(1.954)	4.583

d) Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar

A Companhia possui o direito potencial de PIS e COFINS a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto, em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 492 na Controladora e R\$ 499 no Consolidado.

e) Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazo dos contratos	Taxa média % a.a.	
	Adoção inicial	Em 31.12.2019
Até 5 anos	8,54%	7,30%
De 6 a 10 anos	8,08%	6,56%
De 11 a 15 anos	13,55%	13,44%
De 16 a 20 anos	13,63%	11,26%

f) Informações adicionais

Como descrito anteriormente, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada considerando o custo de captação da Companhia, baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) adicionado a um spread de risco, excluindo-se as garantias dadas nas operações de financiamentos.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de arrendamento da Companhia tem substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários, e para resguardar a representação fidedigna e para atender as orientações da CVM, em seu Ofício Circular CVM nº2/2019, são fornecidos os saldos passivos sem inflação, que foram efetivamente contabilizados e a estimativa dos saldos inflacionados.

	Controladora		Consolidado	
	01.01.2019	31.12.2019	01.01.2019	31.12.2019
<u>Fluxo Real</u>				
Passivo de arrendamento	6.337	6.465	6.564	6.537
Juros embutidos	(2.200)	(1.922)	(2.264)	(1.954)
	4.137	4.543	4.300	4.583
<u>Fluxo Inflacionado</u>				
Passivo de arrendamento	7.733	7.907	7.999	7.999
Juros embutidos	(2.930)	(2.540)	(3.012)	(2.583)
	4.803	5.367	4.987	5.416

O fluxo inflacionado foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporados a inflação futura projetada e descontados pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal, já mencionadas na nota explicativa 3.a e demonstradas nesta nota explicativa.

Na elaboração dos fluxos de caixa futuros contratuais incorporando a inflação esperada foram utilizadas taxas obtidas através de cotações futuras de mercado, observadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, para os indexadores de inflação constante em nossos contratos de arrendamento (IPCA). As curvas de inflação foram obtidas na data de adoção inicial do referido pronunciamento e no encerramento do exercício corrente, considerando os prazos contratuais remanescentes.

Complementarmente, os usuários dessas demonstrações financeiras podem, a seu critério, utilizar-se de outros itens fornecidos nessa nota explicativa, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo, para realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pelos índices de inflação observáveis no mercado.

19. Receitas diferidas

a) Política contábil

As receitas diferidas decorrentes da antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços são reconhecidas na Demonstração do resultado do exercício à medida que as *performances* contidas nos respectivos contratos são cumpridas.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Garantias complementares ou estendidas (i)	1.260	1.396	1.260	1.453
Banco Bradesco e Banco Bradescard(ii)	240	332	240	378
Seguros e serviços (iii)	128	135	128	143
Direitos outorgados	-	29	-	29
Outros	7	2	7	3
	1.635	1.894	1.635	2.006
Circulante	369	380	369	401
Não circulante	1.266	1.514	1.266	1.605

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Garantias complementares ou estendidas

Em 15 de outubro de 2018, a Companhia celebrou um aditivo ao contrato de distribuição de seguros com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A., que renegociou e consolidou os contratos anteriormente celebrados, em 29 de agosto de 2014 e 16 de dezembro de 2016. O aditivo tem término previsto para janeiro de 2026. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$837 e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais forem atingidas.

(ii) Operação de cartões e correspondente bancário

Em 4 de dezembro de 2015, a Via Varejo celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o banco Bradesco S.A. e o banco Bradescard S.A. (conjuntamente, "Bradesco") com vigência até 28 de agosto de 2029. O contrato altera e inclui cláusulas no contrato firmado entre as partes, na época Casa Bahia Comercial Ltda. e Bradesco, no dia 10 de novembro de 2006. São partes do acordo: disposições sobre a oferta de cartões *co-branded* e outros serviços financeiros correlatos, relacionados à marca "Casas Bahia" e disposições gerais aplicáveis à prestação de serviços financeiros, correspondente bancário e serviço de crédito direto ao consumidor. Os valores envolvidos na transação montam R\$704 e são divididos em antecipação de comissões, no valor de R\$550, e remuneração adicional, no valor de R\$154.

O valor recebido de R\$550 será reconhecido no resultado do exercício na medida em que as metas contratuais são atingidas e deverão ser compensadas em até 9 anos, enquanto a remuneração adicional de R\$154 será realizada conforme determinado pelo contrato, sendo R\$74 até 2020 e R\$80 até 2021.

Em 22 de setembro de 2016, a Cnova Brasil celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o Bradesco com vigência até 28 de agosto de 2029. Como parte do acordo, foram definidas disposições sobre a oferta de cartões *co-branded* e outros serviços financeiros correlatos relacionados à marca "Casas Bahia" na rede *e-commerce*. Na data de assinatura deste acordo foi recebido a título de antecipação o valor de R\$60, e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas em até 8 anos.

(iii) Seguros e serviços

Em 26 de junho de 2018 a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços com a CDF Assistência e Suporte Digital S.A para a prestação de serviços de assistência técnica, de acordo com os termos e condições estabelecidas no contrato com vigência até 2024. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$95 para Via Varejo e R\$5 para Cnova Brasil, e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas.

Em 9 de novembro de 2016 a Companhia celebrou contrato de comercialização de serviços de multiassistência a serem intermediados pela Tempo USS com vigência até 2022. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$57 para a Via Varejo e R\$3 para a Cnova Brasil, e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas.

c) Estimativa da Administração para realização dos valores classificados como "Não circulante"

Ano	Controladora	Consolidado
2021	332	332
2022	318	318
2023	305	305
2024	290	290
Mais de 5 anos	21	21
Total	1.266	1.266

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2019 era de R\$2.903 (R\$2.899 em 31 de dezembro de 2018) e estava representado por 1.299.653 milhares de ações ordinárias nominativas com direito a voto e sem valor nominal.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 houve aumento de capital da Companhia devido ao exercício de planos de opções de ações, a seguir:

Data do aumento de capital	Saldo em Reais	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais (*)
27/04/2018	235.573,99	31.686	63.372
23/07/2018	2.400.832,51	692.308	1.384.616
26/09/2018	88.111,25	19.866	39.732
24/10/2018	24,48	2.448	4.896
07/12/2018	320,18	96.054	-
19/02/2019	155,85	46.755	-
23/04/2019	75.988,36	74.376	-
23/07/2019	3.168.753,16	4.188.756	-
13/08/2019	233.326,22	185.649	-
12/09/2019	114.844,82	64.644	-
13/11/2019	1.260.388,11	789.612	-

(*) Em 26 de novembro de 2018, a Companhia finalizou o processo de sua migração ao segmento especial de listagem Novo Mercado da B3, de modo que passou a operar apenas com ações ordinárias.

b) Ações em tesouraria

Em razão da migração da Companhia para o segmento de listagem da B3 denominado Novo Mercado e da consequente conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, foi concedido o direito de recesso aos acionistas titulares de ações preferenciais que não compareceram à Assembleia Geral Especial realizada em 3 de setembro de 2018. Um acionista da Companhia optou pelo exercício do direito de recesso, totalizando 300 mil ações preferenciais, correspondente, à época, a 0,04% do total de ações preferenciais da Companhia. O valor de reembolso foi calculado com base no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2017 (R\$2,29 por ação), totalizando o montante de R\$685.839,75 (seiscentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta e nove reais e setenta e cinco centavos) pago em 5 de outubro de 2018. As 300 mil ações foram recompradas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

c) Reservas de capital

(i) Especial de ágio

O valor registrado na rubrica “Reserva especial de ágio” decorre da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia em 22 de dezembro de 2009, empresa que continha o ágio gerado pela aquisição de Via Varejo por CBD. O ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66%, a fim de remanescer o benefício tributário que foi amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. Conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 5 de outubro de 2010 (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização será capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas de Via Varejo.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Opções outorgadas

A Companhia mantém planos de remuneração baseado em ações que têm o objetivo de: propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia no seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e alinhar os interesses dos administradores e empregados com os dos acionistas da Companhia.

Política contábil

Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os executivos da Companhia podem receber remuneração que é baseada em ações (liquidáveis em títulos patrimoniais ou em dinheiro).

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas ("condições para o exercício"), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia, ou reconhecimento de um passivo no caso de opções liquidadas em caixa. Em cada data-base, a Companhia reavalia a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.

Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

Plano de opção de compra de ações (liquidável em títulos patrimoniais)

A Companhia mantém dois planos de opção de compra de ações aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de maio de 2014 (denominados "Planos A e B") e um plano de opção de compra de ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de setembro de 2019 ("Plano Especial" ou "Plano E"). As ações decorrentes do exercício das opções terão os direitos estabelecidos nos respectivos planos, sendo certo que será assegurado aos beneficiários de tais planos o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos pela Companhia a partir da aquisição da ação. As opções outorgadas com base nos referidos planos são pessoais e intransferíveis.

Conforme previsto nos Planos A e B, ambos adotados em 22 de outubro de 2018 para atender à nova estrutura do capital social da Companhia após a migração ao Novo Mercado, e no Plano Especial, cada opção assegura ao seu beneficiário o direito de subscrever ou adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários dentro do período previsto nos planos após o término do respectivo prazo de carência. A principal condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como empregado da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções, nas datas de outorga e na existência ou não de um período de impedimento para venda ou qualquer outra forma de transferência das ações adquiridas no exercício da opção.

No âmbito dos Planos A e B, em maio de 2018, foram outorgadas 3.183.234 opções de compra de ações com o período de carência ("*vesting*") de três anos; em outubro de 2018, foram outorgadas 330.036 opções de compra de ações com o período de *vesting* de dois anos e oito meses; e em março de 2019, foram outorgadas 336.971 opções de compra de ações com o período de carência ("*vesting*") de até 2 anos e 5 meses.

No âmbito do Plano Especial, em setembro de 2019, foram outorgadas opções vinculadas a 51.944.531 ações ordinárias com o período de carência de até 4 anos e 10 meses. Conforme os termos do Plano Especial, o beneficiário terá o direito de receber uma determinada quantidade de ações condicionado ao cumprimento de manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle ("condição de serviço"). Cada ação está sujeita à valorização e flutuação de preço no tempo.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir apresenta os detalhes e a movimentação, em quantidade de ações, de cada um dos programas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Séries	Data da outorga	Término da Carência	Valor de exercício (em reais) (*)	Quantidade de opções de ações em vigor em 31.12.2018 (*)	Opções outorgadas em novos programas (*)	Opções canceladas (*)	Opções exercidas (*)	Quantidade de opções de ações em vigor em 31.12.2019 (*)
A4	31/05/2016	31/05/2019	R\$ 1,76	4.387.981	-	(1.490.833)	(2.710.812)	186.336
B4	31/05/2016	31/05/2019	R\$ 0,01	4.545.178	-	(2.244.754)	(2.300.424)	-
C1	31/10/2016	20/11/2018	R\$ 0,01	188.088	-	(188.088)	-	-
A5	25/05/2018	25/05/2021	R\$ 7,24	1.415.025	-	(1.015.071)	(10.170)	389.784
B5	25/05/2018	25/05/2021	R\$ 0,01	1.415.025	-	(797.937)	(227.304)	389.784
A5	22/10/2018	30/05/2021	R\$ 5,05	165.018	-	(165.018)	-	-
B5	22/10/2018	30/05/2021	R\$ 0,01	165.018	-	(165.018)	-	-
B4	26/03/2019	30/05/2019	R\$ 0,01	-	33.309	(9.159)	(24.150)	-
B5	26/03/2019	30/05/2020	R\$ 0,01	-	93.483	(59.958)	(33.525)	-
B5	26/03/2019	30/05/2021	R\$ 0,01	-	210.180	(166.773)	(43.407)	-
E	12/09/2019	12/07/2024	R\$ 4,97	-	51.944.531	-	-	51.944.531

(*) Decorrente do processo de migração da Companhia para o Novo Mercado da B3, conforme nota explicativa nº 1, o quadro acima está apresentado em quantidade de ações.

Para as opções outorgadas em 2016 e 2018, não houve quaisquer opções exercidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 que não sejam através de rescisão de vínculo empregatício.

O total da despesa, incluindo retenção de impostos e encargos sociais, relativa aos programas de ações reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$14 (R\$3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

Programa de Pagamento Baseado em Ações com Liquidação em Caixa (*Phantom Shares*)

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 24 de julho de 2017, foi aprovado o plano de incentivo de longo prazo que estabelece os termos e condições para o pagamento de um prêmio em dinheiro, referenciado ao valor da ação da Companhia, a determinados administradores e empregados ("beneficiário") da Companhia e de outras sociedades sob o seu controle.

Conforme previsto no referido plano, aditado em 22 de outubro de 2018 para atender à nova estrutura do capital social da Companhia após a migração ao Novo Mercado, o beneficiário terá o direito de receber uma determinada quantidade de *Phantom Shares* condicionado ao cumprimento de manter-se vinculado como administrador ou empregado da Companhia ou de outra sociedade sob seu controle ("condição de serviço"). Cada *Phantom Share* equivale a 3 (três) ações ordinárias de emissão da Companhia, estando sujeitas à valorização e flutuação de preço no tempo.

Em 28 de maio de 2019, a Companhia outorgou aos beneficiários do programa o número total de 1.312.385 phantom shares, equivalentes a 3.937.155 ações ordinárias de emissão da Companhia. Uma vez cumprida a condição de serviço, qual seja manter-se vinculado à Companhia ou sociedade sob seu controle durante o período de 3 anos contados da data de outorga, o prêmio será pago no mês subsequente à data de apuração.

Em 31 de dezembro de 2019, o valor do passivo correspondente a esse prêmio, incluindo encargos sociais, está registrado no passivo não circulante e representa o montante de R\$14 (R\$12 em 31 de dezembro de 2018). O total da despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$7 (R\$8 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

d) Dividendos propostos com base nas demonstrações financeiras

(i) Política contábil

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no Estatuto Social. Os eventuais valores que excederem o valor mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são deliberados e aprovados pelos administradores ou pelos acionistas da Companhia.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Dividendos propostos

Não houve distribuição de dividendos relativos ao exercícios de 2018 e 2019, pois a Companhia não apurou lucro nestes exercícios.

21. Receita de venda de mercadorias e serviços

a) Política contábil

A Companhia comercializa produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis, telefonia e outros itens domésticos. Adicionalmente, também oferece serviços, tais como intermediação na venda de garantias estendidas, serviços de instalação de equipamentos, *marketplace* e financeira operacional como crediário e cartões de crédito *co-branded*. As receitas obtidas na manufatura de móveis através da controlada Bartira e nos serviços de transportes através da VVLog são substancialmente destinadas às operações da Companhia e, conseqüentemente, eliminadas no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando existe a transferência de controle para o comprador. Adicionalmente, também deve deixar de ter o controle das mercadorias vendidas. As receitas não são reconhecidas se a sua realização for incerta.

Para as operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados aos sinistros ocorridos e não é a responsável primária no atendimento às obrigações das apólices vendidas. As receitas de comissão resultantes da remuneração da Companhia pela intermediação na venda de apólices de seguros ou garantia estendida são reconhecidas no resultado quando os serviços de intermediação são prestados.

As operações de *marketplace* referem-se a uma plataforma única para compras, de maneira que um lojista independente oferte produtos para que os clientes tenham acesso aos produtos dentro de um site da Companhia. A receita de serviços é gerada através de um percentual por cada negociação fechada (*fee*) dentro do site utilizado.

Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros.

Todas as receitas estão sujeitas à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), conforme a alíquota atribuída a cada operação. As receitas de mercadorias estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e as receitas de serviços ao Imposto Sobre Serviços ("ISS"), tributos estes calculados com base nas alíquotas vigentes em cada estado e município, respectivamente.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado (*)
Mercadorias	25.155	21.966	26.541	27.102
Financeira operacional	1.742	1.704	1.742	1.704
Serviços de intermediação	1.027	1.106	1.143	1.362
Serviços de frete e montagem	390	298	422	415
Receita bruta de vendas líquidas de devoluções e cancelamentos	28.314	25.074	29.848	30.583
Tributos sobre mercadorias	(3.537)	(2.316)	(3.880)	(3.340)
Tributos sobre financeira operacional	(80)	(76)	(80)	(76)
Tributos sobre serviços de intermediação	(131)	(131)	(150)	(169)
Tributos sobre serviços de frete e montagem	(80)	(59)	(83)	(70)
Tributos sobre faturamento	(3.828)	(2.582)	(4.193)	(3.655)
Receita líquida	24.486	22.492	25.655	26.928

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado (*)	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado (*)
Custo com estoques vendidos	16.331	14.819	17.073	17.964
Despesas com pessoal	2.570	2.667	2.697	2.934
Despesas com serviços de terceiros	1.763	1.568	2.066	2.194
Despesas com frete	777	512	858	775
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	541	517	585	630
Despesas com demandas judiciais trabalhistas	809	310	827	312
Reversão contingências tributárias	(108)	-	(108)	-
Outros	762	291	809	284
	23.445	20.684	24.807	25.093
Custo de mercadorias e serviços vendidos	17.358	15.515	18.312	18.901
Despesas com vendas	5.174	4.260	5.564	5.158
Despesas gerais e administrativas	913	909	931	1.034
	23.445	20.684	24.807	25.093

(*) Os saldos foram reapresentados devido à: (i) aplicação inicial da norma contábil CPC 06 (IFRS 16) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019.

23. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Despesas com reestruturação (i)	(974)	(360)	(976)	(367)
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado, intangível e arrendamento (ii)	(261)	(52)	(270)	(74)
Outras	8	(85)	11	(98)
	(1.227)	(497)	(1.235)	(539)

(*) Os saldos foram reapresentados devido à: (i) aplicação inicial da norma contábil CPC 06 (IFRS 16) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019; e (ii) despesas com indenização trabalhista. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 3(a) e 2(b).

(i) Nessa linha estão registrados, principalmente, os gastos com readequação logística, rescisão contratual trabalhista e demandas judiciais trabalhistas, decorrentes da implementação de medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, tanto das áreas operacionais quanto das administrativas.

(ii) Variação em virtude do reconhecimento de ajuste ao valor recuperável de ativo imobilizado e intangível. Vide notas explicativas nº 11(a) e 12(a).

24. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado (*)	31.12.2019	31.12.2018 reapresentado (*)
Despesas financeiras				
Custo da dívida	(300)	(272)	(302)	(261)
Custo com venda e desconto de recebíveis	(271)	(281)	(311)	(391)
Atualizações passivas	(76)	(100)	(82)	(112)
Juros de passivo de arrendamento	(413)	(402)	(423)	(417)
Outras despesas financeiras	(33)	(66)	(36)	(108)
Total de despesas financeiras	(1.093)	(1.121)	(1.154)	(1.289)
Receitas financeiras				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	14	16	18	22
Atualizações ativas	132	95	134	86
Antecipação a fornecedores	33	22	37	28
Outras receitas financeiras	1	-	3	6
Total de receitas financeiras	180	133	192	142
Resultado financeiro, líquido	(913)	(988)	(962)	(1.147)

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 6 (IFRS 16) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Resultado por ação

a) Política contábil

A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do resultado por ação: (i) lucro (prejuízo) básico; e (ii) lucro (prejuízo) diluído. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro (prejuízo) diluído leva em consideração o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, deduzidos os instrumentos patrimoniais potencialmente dilutivos sobre a participação de seus acionistas em exercícios futuros, tais como as opções de ações que, se exercidas pelos seus detentores, aumentarão o número de ações ordinárias e/ou preferenciais da Companhia, diminuindo o lucro por cada ação.

b) Quadro de resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro (prejuízo) líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria em cada exercício apresentado.

Para o cálculo do resultado por ação, decorrente da migração da Companhia para o Novo Mercado da B3, foi considerado a atual composição de ações ordinárias para o exercício comparativo, conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, mantendo o denominador básico e diluído em bases comparativas.

	31.12.2019	31.12.2018 Reapresentado (*)
Numerador básico		
Prejuízo básico alocado e não distribuído	(1.433)	(291)
Prejuízo líquido alocado disponível a acionistas ordinários e preferencialistas	(1.433)	(291)
Denominador básico (em milhares de ações)		
Média ponderada da quantidade de ações	1.296.137	1.292.965
Prejuízo básico por ação (em R\$)	(0,00111)	(0,22506)
Denominador diluído (em milhares de ações)		
Opções de compra de ações	-	-
Média ponderada das quantidades de ações	1.296.137	1.292.965
Média ponderada diluída das ações	1.296.137	1.292.965
Prejuízo diluído por ação (em R\$)	(0,00111)	(0,22506)

(*) Os saldos foram reapresentados devido à aplicação inicial da norma contábil CPC 6 (IFRS 16) – Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2019, as opções de compra de ações não tem efeito dilutivo devido ao prejuízo apurado.

26. Cobertura de seguro

A Companhia tem como prática a contratação de seguros, a fim de minimizar os riscos de danos ao patrimônio que possam acarretar prejuízos para os negócios. Os seguros compreendem a proteção das lojas, centros de distribuição, prédios administrativos, incluindo todo o imobilizado e estoques. A frota de caminhões e veículos leves também é segurada. Para quaisquer perdas que a Companhia venha a sofrer pela paralização das atividades em decorrência de acidentes cobertos pela apólice, o seguro de lucro cessante cobre os prejuízos causados.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A cobertura de seguro em 31 de dezembro de 2019 é considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis sinistros e pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	11.593
Lucro	Lucros cessantes	5.445
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	140

(*) Não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIPE").

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no valor de R\$230.

27. Informações sobre os segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo tomador de decisões operacionais na decisão de alocar recursos para um segmento individual e na avaliação de desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, de compras, de investimento e de aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, conclui-se que a Companhia opera em um único segmento operacional no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia e móveis.

28. Eventos subsequentes

Impactos do COVID 19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Recentemente a Organização Mundial de Saúde - OMS decretou que o surto do coronavírus COVID-19 configura uma pandemia em escala global. A referida pandemia já demonstrou ter impactos relevantes, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, criação de condições desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global, podendo afetar a disponibilidade de determinadas mercadorias comercializadas pela Companhia. Adicionalmente, o aumento significativo dos casos de COVID-19 nas regiões do Brasil onde a Companhia opera, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem estar e saúde de seus colaboradores, culminaram no fechamento temporário de suas lojas físicas a partir de 21 de março de 2020.

A Companhia vem adotando uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pelo COVID-19 em suas operações, incluindo: (i) instituição de dois comitês extraordinários visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia de COVID-19; (ii) adoção de medidas de preservação de caixa, de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia; (iii) otimização de estoque, com mercadoria de última geração e em quantidade suficiente para fazer frente a eventual desaceleração da indústria ou redução de fornecimento; (iv) aprimoramento do canal online, com uma plataforma robusta que comportará eventual aumento de demanda das lojas físicas para o meio digital e alinhamento com prestadores de logística, buscando mitigar eventuais impactos adversos nos serviços de entrega a domicílio; (v) emprego de home office para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes; e (vi) criação de um hotline 0800 para esclarecer eventuais dúvidas de nossos colaboradores acerca do COVID-19 e das medidas que a Companhia vem adotando face à pandemia.

Não obstante, neste momento, a Administração da Companhia não consegue prever ou estimar com precisão a magnitude dos impactos adversos gerados pelo COVID-19 nas operações da Companhia e, consequentemente, em suas demonstrações financeiras.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Exercício da opção de compra das ações da Airfox/banQi

Conforme divulgado no Comunicado ao Mercado, o Conselho de Administração da Companhia aprovou em 07 de fevereiro de 2020 o exercício da opção de compra de 80% das ações da CarrierEQ, Inc. d/b/a Airfox ("banQi"), nos termos do *Convertible Note Purchase and Call Option Agreement* celebrado em 11 de setembro de 2018 ("Opção de Compra"), objeto de Fato Relevante de 12 de setembro de 2018 e Comunicado ao Mercado de 05 de junho de 2019.

O Conselho de Administração da Companhia também aprovou a aquisição de participação adicional das ações do banQi que, uma vez consumada, permitirá em seguida a aquisição de até 100% do capital do banQi ("Aquisições Adicionais").

A conclusão da opção de compra e das aquisições adicionais estão sujeitas ao cumprimento de certas condições precedentes.